

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 373/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
373/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	LUCAS DE OLIVEIRA SOUTO	06/11/2025 17:59 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	329/2025	00094.000204/2024-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de licenciamento perpétuo da ferramenta de modelagem de dados ERWIN Data Modeler Standard Edition node-locked, abrangendo os serviços agregados de instalação, atualização, suporte técnico e manutenção das licenças pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Licença Nominal - Node-LockedERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION NODELOCKED PER SEAT LICENSE/24X7 MAINTENANCE.Perpetual License with 3 years Maintenance.(incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico).SKU - AAX-ERW-PB-247 + AAX-ERW-PS-247	27472	UNIDADE (Licenças)	4	R\$ 84.059,85	R\$ 336.239,40

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que, podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado.

1.3. O objeto em questão não incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022. Conforme o artigo 3º, não se trata de contratação de mais de uma solução de TIC em um único contrato, nem de serviços dispostos no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 2018. Além disso, o artigo 4º não se aplica, pois a empresa que fornece a solução de TIC não será a mesma responsável pela avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O item 1 corresponde ao fornecimento de licenças perpétuas para uso do software que serão demandadas por meio de Ordem de Serviços.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.6. O serviço de licenciamento é enquadrado como não contínuo.

1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Prazo de vigência

1.8. O prazo de vigência da contratação para o item 1 é de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do contrato, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021, não prorrogável.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de atualização da ferramenta de modelagem de dados utilizada pela Presidência da República.

2.2. A ferramenta de modelagem de dados é fundamental para um planejamento, manutenção e comunicação eficientes da estrutura de dados de um sistema de forma colaborativa. Sua função assume significativa relevância no contexto do desenvolvimento de software e na gestão de bancos de dados, contribuindo substancialmente para aprimorar a qualidade, eficiência e compreensão dos sistemas que compõem o catálogo de sistemas da instituição, hoje composto por **mais de 80 sistemas em produção** com constantes manutenções, inclusive evolutivas, além de outros em desenvolvimento.

2.3 A Presidência da República tem empregado o software de modelagem de dados ERWIN desde o ano de 1992, quando estabeleceu uma coordenação específica para a administração de dados. Ao longo deste intervalo temporal, a instituição adquiriu diversas versões do referido software, incluindo as versões 3.5.2, 4 e 9.

2.4 Todos os modelos de dados dos sistemas desenvolvidos durante esse período foram elaborados utilizando exclusivamente o software ERWIN. A Presidência da República mantém um total de **263 repositórios** de modelos de dados produzidos com o referido software, sendo destinado um repositório individual para cada sistema desenvolvido. Ademais, cada sistema é caracterizado pela presença de múltiplas versões de modelos associados.

2.5. Em 2013, última contratação realizada, a Diretoria de Tecnologia atualizou a ferramenta **CA Erwin Data Modeler Standard Edition**, mediante o contrato nº 149/2013 (Processo: **00094.000558/2013-16**). No entanto, após o término do contrato, não foram realizadas mais atualizações de versão na referida ferramenta.

2.6. A situação atual revela um cenário de carência de suporte e atualizações que possibilitem utilizar a ferramenta em máquinas mais modernas, representando, assim, um risco de segurança da informação para a instituição. Considerando a dependência de um sistema operacional de 32 bits para versão do ERWIN em uso, a obsolescência da ferramenta expõe a organização a ameaças de segurança e perda de informações.

2.7. Além disso, salienta-se a importância da atualização tecnológica, para acompanhar a evolução dos sistemas gerenciadores de bancos de dados. Outro aspecto a ser considerado é a iminente possibilidade de falha na funcionalidade da ferramenta, que sem o devido suporte, poderia trazer impactos severos nas operações institucionais.

2.8. Vale destacar que existe, adicionalmente, demanda da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG) que solicita licença de ERWIN, por meio do processo SEI n 00268.000204/2024-95, para uso em modelagem de dados para aprimoramento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

2.9 Atualmente, a Presidência da República possui 4 (quatro) licenças de modelagem de dados do software CA ERwin Data Modeler Standard Edition as quais estão desatualizadas tecnologicamente. Ressalta-se que a nova contratação deverá alcançar os seguintes resultados abaixo a fim de apresentar o suporte adequado as demandas da instituição, são eles:

- 1. Manter o padrão de modelagem de dados utilizados pela Presidência da República - PR;
- 2. Gerenciar com mais eficiência os recursos de dados;
- 3. Manter a qualidade e estabilidade dos ativos dados da PR;
- 4. Aumentar a qualidade e reduzir a necessidade de manutenção e os custos de desenvolvimento; e
- 5. Manter a segurança das informações armazenadas no Centro de Dados da Presidência da República.

2.10 A fim de especificar os quantitativos para atender às necessidades de negócio, realizou-se um levantamento do quantitativo de licenças existentes instaladas em servidores adquiridos entre 2013 e 2023, sendo o montante de 4 (quatro) licenças. Atualmente, ao consultar a necessidade interna foi identificado que a demanda continua a ser de 4 licenças, da seguinte forma:

Quantitativo de Licenças Necessárias por área

ÁREA SOLICITANTE	JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE
CGDES /DITEC/SA/SE /CC	Atualmente a CGDES possui dois analistas responsáveis pelas modelagens que eventualmente precisam utilizar simultaneamente o software.	2
GSI	O GSI possui área de desenvolvimento de sistemas a qual utiliza o ERWIN para modelar os seus respectivos dados.	1
SNJ/SG	Solicitação de licença de ERWIN, por meio do processo SEI nº 00268.000204/2024-95, para uso em modelagem de dados para aprimoramento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.	1
TOTAL		4

2.11. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- 1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025;
- 2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
- 3. Id do item no PCA: 351;
- 4. Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA; e
- 5. Identificador da Futura Contratação: 110001-329/2025.

2.12 Convém informar ainda que, a pretensa contratação está alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República - PDTI PR/VPR 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR n.º 41, de 8 de outubro de 2024:

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI-PR/VPR 2024/2027

EIXO	Sistemas e análise de dados
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	OE1 – Prover soluções de TI para a PR OE5 - Aperfeiçoar a gestão dos serviços de TI na PR

NECESSIDADE DE TI	N19 - Aprimorar o serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação
AÇÃO	A113 - Adquirir licenças de software para modelagem, criação e manutenção de bases de dados, data warehouses e modelos de dados empresariais.

2.13 Além disso, a contratação também está contemplada no Plano de Logística Sustentável da Presidência da República versão 2024/2026 (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel>) conforme apresentado abaixo:

Plano de Logística Sustentável - PLS SA/SE/CC/PR 2024-2026

EIXO	3 - Identificação dos objetos de menor impacto ambiental.
DIRETRIZ	Promover e incentivar compras públicas sustentáveis para bens e serviços.
OBJETIVO	OB9 - Aumentar a aplicação de critérios de sustentabilidade
META	Inserir no ETP e TR critérios de sustentabilidade na contratação de bens e serviços
INDICADOR	Aumento de contratações sustentáveis
AÇÃO	Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade

2.13.1 Em cumprimento ao Objetivo e à Meta indicados na tabela anterior, foi inserido no item 4.18 informações a respeito do requisitos de sustentabilidade.

2.14 Com a contratação pretende-se atingir os seguintes resultados:

2.14.1 Economicidade: com a manutenção da solução atual, não haverá necessidade de contratar treinamento para a utilização da ferramenta. Os modelos serão importados para a nova versão, sem inconsistências e possíveis perdas.

2.14.2 Eficácia:

2.14.2.1 Conhecimento na utilização da ferramenta para confecção da modelagem e dicionário de dados;

2.14.2.2 Possibilidade de divulgação do resultado via web, diagramas e relatórios; e

2.14.2.3 Armazenamento das versões dos modelos.

2.14.3 Eficiência:

2.14.3.1 Padronização na documentação do modelo e dicionário de dados, gerenciando a infraestrutura de dados corporativos;

2.14.3.2 Possibilidade de integração e transparência junto às equipes de administração de dados, desenvolvedores e administradores de banco de dados;

2.14.3.3 Possibilidade de criação de scripts para a execução no banco de dados padronizados. Respeitando as peculiaridades dos diversos SGBD;

2.14.3.4 Alinhamento aos negócios com a TI documentando definições e regras de dados importantes;

2.14.3.5 Possibilidade do aumento da qualidade e redução dos custos de manutenção e desenvolvimento.

2.14.4 Além dos resultados mencionados acima, espera-se alcançar os aludidos objetivos:

2.14.4.1 Propiciar melhorias quanto à qualidade do serviço de modelagem de dados;

2.14.4.2 Disponibilizar a documentação (relatório do dicionário de dados) e diagrama dos dados para os desenvolvedores;

2.14.4.3 Manter o repositório central para armazenar os modelos de dados;

2.14.4.4 Garantir a consistência, versionamento e a segurança dos modelos no repositório central;

2.14.4.5 Possibilitar a comparação de versões dos modelos do repositório central;

2.14.4.6 Manter investimentos realizados anteriormente;

2.14.4.7 Manter a padronização adotada na Presidência da República;

2.14.4.8 Obter uma melhor gestão sobre o atual parque tecnológico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Observa-se que a Lei 14.133/2021 admite, em caráter excepcional, a indicação de marca e modelo, conforme disposto no art. 41 da referida lei.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

3.3 Assim, considerando a necessidade de manter a compatibilidade com as plataformas e padrões já adotados pela Administração, optou-se pela continuidade da utilização do software atualmente em uso.

3.4 A solução de TIC consiste na aquisição de 4 (quatro) licenças perpétuas Nominais (*Node-Locked*) do software Erwin Data Modeler Standard Edition tendo como serviços agregados a manutenção, atualização de versões e suporte **durante o período de 36 meses** sem possibilidade de prorrogação.

3.4.1 O Erwin Data Modeler é uma ferramenta direcionada à modelagem lógica e física e engenharia de esquema para bancos de dados relacionais, NoSQL e Big Data, *data warehouses* e *data lakes*.

3.4.2 A edição Standard inclui padrões reutilizáveis, como modelos, domínios, macros de automação, padrões de nomenclatura e tipo de dados e pontes de integração e interoperabilidade de modelos.

3.4.3 A licença perpétua trata de um tipo de licença de software que permite ao comprador ter posse e utilizar o software indefinidamente.

3.4.4 A licença de software do tipo Nominal, também conhecida como "*node-locked*", é uma forma de licenciamento em que o uso do software é atribuído a um computador/usuário específico. Entretanto, cabe observar que este tipo de licença permite a transferência de titularidade para outro usuário.

3.4.5 Os serviços de atualização de versões consistem em disponibilização, durante a vigência do contrato, de todas as atualizações das versões e *releases* liberadas pela **Empresa Quest**, bem como as versões e *releases* subsequentes dos softwares que poderão conter modificações técnicas ou funcionais.

3.4.6 O modelo de contratação adotado foi definido com base na modalidade de remuneração descrita na Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, optando-se pela **remuneração de software por licença perpétua adquirida**. Essa escolha considerou as diretrizes da Portaria, que orienta a seleção da modalidade mais adequada às necessidades do órgão, garantindo maior controle sobre o uso do software e alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

4.1.1 A presente contratação orienta-se pela obtenção de solução que:

4.1.1.1 Forneça ambiente colaborativo de modelagem de dados para o gerenciamento de dados corporativos;

4.1.1.2 Proporcione interface gráfica intuitiva para facilitar a interação;

4.1.1.3 Proporcione a criação e comparação entre modelos e bancos de dados existentes na Presidência da República;

4.1.1.4 Permita o trabalho com modelos físicos e lógicos de forma separada e simultânea; e

4.1.1.5 Possibilite a definição de padrões visando evitar a redundância nos dados.

4.2 Requisitos de Capacitação

4.2.1 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.3 Requisitos Legais

4.3.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021; à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021; Instrução Normativa SEGES/ME nº 58 de 8 de agosto de 2022; Instrução Normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022; Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019; Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023; e a outras legislações aplicáveis.

4.3.2 Observância às disposições da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), garantindo a transparência e publicidade das informações relacionadas à prestação dos serviços. É imprescindível que sejam adotadas medidas para assegurar a integridade, autenticidade e disponibilidade das informações, bem como proteger dados sigilosos e pessoais, conforme previsto na legislação.

4.4 Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

4.4.1 São considerados serviços de suporte técnico e manutenção incluídos na prestação do serviço: configuração e instalação da solução ou seus componentes, consultas quanto a defeitos, funcionalidades, dúvidas de funcionamento e arquiteturas, reclamações e correções de defeitos e problemas, atualização dos componentes de software em virtude do lançamento de patches, novas versões, correções de segurança ou quaisquer outras intervenções necessárias para a garantia do bom funcionamento da solução nas condições contratadas.

4.4.2 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.4.3 A solução será considerada entregue após a ativação, a realização de testes funcionais do produto e a validação das licenças de software.

4.4.4 As versões dos produtos devem ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante até a data de entrega do produto.

4.4.5 A solução deve operar normalmente, sem perda de dados ou funcionalidades, em caso de migração para versões mais recentes do sistema operacional, do sistema gerenciador de banco de dados e da própria solução.

4.4.6 A solução deverá ter a garantia de receber todas as atualizações de segurança, correções e melhorias do fabricante para a versão adquirida, considerando todo o período de vigência contratual, contados a partir da emissão do **Termo de Recebimento Definitivo da Solução**.

4.4.7 Durante a vigência do contrato, deverá ser concedido, sem ônus, o acesso às novas versões da solução e seus componentes, garantindo que a Presidência da República possa contar sempre com as versões mais atuais. Isso inclui casos em que o fabricante optar por mudar o nome ou marca dos produtos componentes da solução que sejam responsáveis por todas ou parte das funcionalidades especificadas.

4.4.8 O serviço de suporte técnico deverá ser via telefone, e-mail ou sistema informatizado, pelo período contratado e estar disponível para acionamento, no mínimo, no período de **08:00 às 18:00** em dias úteis na cidade onde está localizada a Contratante.

4.4.9 O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da Contratante.

4.4.10 A Contratada deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

4.4.10.1 Quando um chamado for aberto pela Contratante, a Contratada deverá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto /dano para a Contratante.

4.4.10.2 A tabela abaixo traz exemplos de tipos de problemas e níveis de severidade.

Problemas e níveis de severidade

Nível de severidade	Descrição de suporte e operações
Severidade A (Crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção. Vários usuários ou serviços são afetados.
Severidade B (Alta)	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto alto e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Mais de um usuário, cliente ou serviço é parcialmente afetado.
Severidade C (Média)	A situação tem impacto moderado. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo no ambiente de produção e no serviço atual do cliente. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.
Severidade D (Baixa)	Um problema ou questão pequena/procedural (questões relacionadas à programação ou configuração, questões relacionadas à funcionalidade, operabilidade ou formatação ou problemas cosméticos).

4.4.10.3 Quanto ao tempo de resposta inicial do suporte técnico, deverá ser baseado nos níveis de severidade descritos acima. A tabela abaixo descreve as metas de tempo de resposta.

Metas de tempo de resposta

Nível de severidade	Nível de serviço
Severidade A (Crítica)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 02 horas e Tempo máximo de solução de 06 horas .
	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 08 horas e Tempo máximo de solução de

Severidade B (Alta)	24 horas.
Severidade C (Média)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 16 horas e Tempo máximo de solução de 48 horas.
Severidade D (Baixa)	Disponível: 8/5 com Tempo máximo de resposta de 24 horas e Tempo máximo de solução de 72 horas.

4.4.10.4 Para efeitos da tabela acima, consideram-se:

1. Tempo de Resposta: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até a primeira resposta.
2. Tempo de Solução: O tempo decorrido desde a criação da solicitação até resolução completa do problema ou solução de contorno que assegura as funcionalidades necessárias para o perfeito funcionamento dos sistemas.

4.4.10.5 A Contratada deverá disponibilizar relatórios mensais dos contatos/atendimentos, e eventuais falhas e/ou incidentes, e ações, oriundos deles.

4.5 Requisitos Temporais

4.5.1. Os serviços devem ser prestados no **prazo máximo de 15 dias**, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos contidos no item 6.2 deste Termo de Referência.

4.6 Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na **Política de Segurança da Informação** do Contratante, e também deverá:

4.6.1.1 Possuir sua própria arquitetura de segurança, independente da utilização de soluções de segurança de terceiros.

4.6.1.2 Possuir interface gráfica para administração da solução.

4.6.1.3 Permitir a integração de autenticação com serviço externo, por meio de diretórios Microsoft *Active Directory* (por meio de *NTLMv2* ou *Kerberos*) ou LDAP, e permitir a integração de serviços *single signon* usando protocolos de mercado e pelo menos um dos seguintes: SAML2, OAUTH2, OIDC ou JWT.

4.6.1.4 Registrar logs de acesso e de auditoria incorporando, no mínimo, operações realizadas, usuário responsável, objetos alterados ou consultados, alteração realizada e identificação de origem, incluindo endereço IP.

4.6.1.5 Possibilitar a implementação de gerenciamento de segurança no nível de banco de dados, no nível de registros, no nível da solução ofertada ou um modelo híbrido de gerenciamento de segurança de dados.

4.6.1.6 Atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e deverão ser garantidos, a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade, o não-repúdio e a autenticidade dos conhecimentos, informações e dados hospedados em ambiente tecnológico sob custódia e gerenciamento do prestador de serviços.

4.6.2 Quando houver a custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, a Contratada e a Fabricante/Proprietária deverão cumprir com as seguintes diretivas:

4.6.2.1 Garantia de foro brasileiro;

4.6.2.2 Garantia de aplicabilidade da legislação brasileira;

4.6.2.3 Garantia de que o acesso aos dados, metadados, informações e conhecimentos utilizados e/ou armazenados na solução, ferramentas, software, infraestrutura ou em qualquer outro recurso que a Contratada/Fabricante utilize para a prestação de serviços somente serão acessados pela Contratante e serão protegidos de acessos de outros clientes e de colaboradores da Contratada/Fabricante;

4.6.2.4 Garantia de que, em qualquer hipótese, a Administração Pública Federal tenha a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços; e

4.6.2.5 Garantia de vedação de uso não corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço, bem como a redundância não autorizada.

4.6.3 Eventos e incidentes de segurança de informação devem ser comunicados através de canais predefinidos de comunicação, disponibilizados pela Contratada/Fabricante, de maneira rápida e eficiente e de acordo com os requisitos legais, regulatórios e contratuais.

4.6.4 A Contratada deverá assinar o **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo** em Contrato, conforme modelo da Presidência da República, assim como seus prestadores de serviço deverão assinar o **Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo**.

4.6.5 As equipes técnicas da Contratada e Contratante devem atentar-se com os requisitos de segurança apresentados, bem como seguir o que consta nos termos de confidencialidade e ciência.

4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7.1 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1 O fornecimento das licenças de software deverá ser feito de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias; e

4.7.1.2 O software deverá ser fornecido com interface em língua portuguesa brasileira ou com possibilidade de configuração para o português do Brasil.

4.8 Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8.1 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.8.3 O fornecedor deverá garantir que a solução mantenha seu padrão de funcionamento uniforme até a quantidade de usuários contratada, sem perda notável de desempenho com o aumento do número de usuários simultaneamente ativos.

4.8.4 Deverá ser capaz de operar usando protocolos HTTPS e manter compatibilidade com protocolos IPv4 e IPv6.

4.8.5 Deve ser homologado para trabalhar com os Gerenciadores de Banco de Dados Oracle (versão 10 e superiores), SQL Server, e MySQL. Opcionalmente, deve ser capaz de trabalhar também com o gerenciador de banco de dados PostgreSQL.

4.8.6 As licenças de uso serão instaladas na infraestrutura da Presidência da República e deverão ser compatíveis com Windows Server 2019 ou superior ou Oracle Linux 8 ou superior.

4.8.7 Do ponto de vista do cliente (usuário), a solução deve ser compatível com a instalação em sistemas operacionais Windows 10 ou superiores, tanto em versões de 32 bits quanto de 64 bits, e também deve ser compatível com os navegadores Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1 Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.10 Requisitos de Implantação

4.10.1 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1.1. A Contratada deverá informar e providenciar local de acesso e/ou ferramenta para gerenciamento, controle, acesso e suporte à implantação para as licenças de software fornecidas;

4.10.1.2 Deverá ser fornecido certificado do fabricante que comprove o registro das licenças no site do fabricante (ou chave única tipo serial, ou funcionalidade de gestão que permita atestar tal condição), comprovando perante o fabricante que se trata de uma ferramenta devidamente licenciada e autêntica;

4.10.1.3 A licitante vencedora deverá fornecer documentação oficial do fabricante da solução com informações que permitam aferir a validade dos produtos adquiridos, como identificador da licença, descrição, quantitativo, *part number*, modelo, versão, data de validade, indicador de direito de atualização, garantia e suporte e período de garantia; e

4.10.1.4 Os produtos devem ser fornecidos incluindo todos os aplicativos e ferramentas da oferta padrão do Fabricante, não podendo a Contratada excluir e/ou alterar qualquer item da oferta padrão.

4.11 Requisitos de Garantia e Manutenção

4.11.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

4.12 Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

4.13 Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

4.14 Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela Contratada de **Ordem de Serviço (OS)** emitida pela Contratante.

4.14.2 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade qual o serviço deverá ser prestado.

4.14.3 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento **8 horas por dia e 05 dias por semana** de maneira eletrônica ou por via telefônica.

4.14.4 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.15 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.15.1 A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.15.1.1 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos;

4.15.1.2 O representante da Contratante deverá comunicar à Contratada por escrito, quanto à **Política de Segurança da Informação da Secretaria de Administração** e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos; e

4.15.1.3 O **Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II -TERMO DE CIÊNCIA e III-TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO deste TR.

4.16 Vistoria

4.16.1 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.17 Requisitos de Documentação

4.17.1 A Contratada deverá entregar junto com os softwares adquiridos:

4.17.1.1 Manuais dos softwares, editados em língua portuguesa do Brasil; e

4.17.1.2 Comprovação do atendimento aos requisitos de segurança.

4.18 Sustentabilidade

4.18.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.18.1.1 A execução do objeto será realizada de acordo com os critérios contidos na Lei nº 12.305/2010, e no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República, e alterado pelo Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, no que couber.

4.18.1.2 São diretrizes de sustentabilidade, quando couber, a serem observadas pela Contratada, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.19 Subcontratação e Parcelamento

4.19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato. A Administração opta por adquirir e gerenciar diretamente as licenças junto à Contratada, garantindo maior controle sobre as condições contratuais de execução, gestão e suporte. Pela natureza do objeto, o objeto da contratação não é passível de separação lógica sem comprometer a eficiência de gestão contratual.

4.19.2 Não haverá parcelamento da solução de TIC, tendo em vista que a separação de licenças de um mesmo tipo em itens isolados da contratação pode dificultar a execução do contrato, uma vez que seria oneroso para a Administração gerenciar vários fornecedores para licenças de mesma natureza para cada tipo de licença desejada. Ademais, o risco de frustração de parte dos itens acarretaria a descontinuidade parcial dos serviços, deixando parte dos usuários da Presidência da República sem acesso aos softwares ou parte das aplicações sem o licenciamento necessário à sua operação, prejudicando assim o atingimento dos objetivos institucionais da Presidência da República.

4.20 Requisitos para assinatura do contrato

4.20.1 A Contratada deve ser autorizada pela Quest para fornecer seus licenciamentos de volume para instituições governamentais (categoria *Government Partner*), o que será verificado através de declaração emitida por este fabricante.

4.21 Garantia da Contratação

4.21.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

4.21.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.21.2.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.21.2.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.21.2.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.21.2.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.21.2.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.21.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela Contratada, deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.21.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.21.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.21.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.21.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.21.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.21.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.21.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.21.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada.

4.21.8. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da Contratada, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.21.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.21.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Contratante, contados da data em que for notificada.

4.21.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.21.12.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.21.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.21.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.21.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.21.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21.15. A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

4.21.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.22 Margem de Preferência

4.22.1. O objeto da contratação não se enquadra em margem de preferência por não tratar-se de bem manufaturável e sim de licenciamento de software, não sendo bem reciclável.

4.23 Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.23.1 Não se aplica reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte na contratação de licenças de software, pois estas são classificadas como bens ou serviços indivisíveis, não atendendo ao critério de natureza divisível exigido pelo art. 48, III, da Lei Complementar 123/2006.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da **Contratante**:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da **Contratada**:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Execução

6.1.1 O encaminhamento formal de demandas, a cargo do **Gestor do Contrato**, deverá ocorrer por meio de **Ordens de Serviço** e deverá conter, no mínimo:

- 1. a identificação inequívoca do software;
- 2. a identificação dos serviços agregados que efetivamente serão fornecidos.
- 3. a quantidade das licenças estritamente necessárias, vinculando o pagamento às licenças que serão efetivamente fornecidas, conforme previsto na ordem de serviço.
- 4. o volume estimado de serviços a serem realizados segundo as métricas definidas em contrato;
- 5. o cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e
- 6. a identificação dos responsáveis pela solicitação na **Área Requisitante** da solução.

6.1.2 O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

6.1.3 A execução dos serviços está condicionada à emissão de ordem de serviço, contendo no mínimo as informações contidas no item 6.1.1, o objetivo da OS, a descrição do que deve ser executado, os produtos /resultados a serem entregues, o prazo de atendimento e os requisitos não funcionais, a exemplo de critérios mínimos de desempenho operacional da solução, critérios de segurança da informação, critérios de identidade visual e usabilidade.

6.1.4 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.4.1 Início da execução do objeto: as licenças do software contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas e instaladas, sob demanda, após a emissão da Ordem de Serviço (OS) preenchida conforme ANEXO I - ORDEM DE SERVIÇO.
- 6.1.4.2 A abertura de chamados para suporte de manutenção/técnico deve seguir o exposto no subitem 4.4.8 e seguintes do item 4.4 Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico.

6.2 Cronograma de realização dos serviços

- 6.2.1 Após a assinatura do contrato administrativo, a Contratada deverá prover os serviços conforme informado neste Termo de Referência.
- 6.2.2 A tabela abaixo define os prazos de entrega/início de execução do serviço para os subitens elencados neste Termo de Referência:

Tabela de Prazos de Entrega

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Licença do ERWIN Data Modeler Standard Edition node-locked	A instalação e ativação da(s) licença(s) solicitada(s) deverá iniciar no prazo máximo de 15 dias corridos após a abertura da Ordem de Serviço.

6.2.3 As licenças poderão ser demandadas de forma integral ou gradualmente, conforme a necessidade do órgão.

6.2.4 O pagamento será realizado à vista, exclusivamente sobre os quantitativos efetivamente solicitados, entregues e implantados, incluindo os serviços agregados de manutenção, suporte técnico e atualização. Esses serviços deverão ser prestados a partir do momento em que a primeira instalação e ativação forem concluídas, garantindo a plena operacionalidade e suporte contínuo desde o início da utilização.

6.3 Local e horário da prestação dos serviços

6.3.1 Os serviços, que exigirem presencialidade, serão executados em **Brasília-DF**, na Presidência da República e seus Anexos, de segunda a sexta, de 08h às 18h.

6.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.4.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.4.1.1 Contratação de licenças perpétuas da ferramenta ERWIN Data Modeler Standard Edition, com a disponibilização de solução de modelagem de dados, com foco nos usuários da área de TIC das unidades da Presidência da República em ambiente interno e externo (intranet, extranet e internet) para até 4 usuários sob demanda; e

6.4.1.2 Após a demanda da totalidade das licenças, deverá ser possível realizar a transferência, sem custo, para outro usuário/equipamento.

6.5 Formas de transferência de conhecimento

6.5.1 Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.6 Mecanismos formais de comunicação

6.6.1 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes:

1. Ordem de Serviços (OS);
2. Ata de Reunião;
3. Ofício;
4. Sistema de abertura de chamados;
5. E-mails,
6. Cartas; ou
7. Outra forma de comunicação devidamente acordada entre as partes e de escolha da Contratante.

6.6.2 Para informar o descumprimento de alguma norma pela Contratada será utilizado o envio de **ofícios escritos**, para ciência e providências.

6.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7.1 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, devendo ocorrer sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6.8 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8.1 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.8.2 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente

envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS II - TERMO DE CIÊNCIA e III - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO deste TR.

6.9 Rotinas a serem cumpridas

6.9.1. A execução contratual observará as rotinas descritas no item 6.1.4.

6.10 Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.10.1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no ANEXO I - ORDEM DE SERVIÇO.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até **15 dias úteis** da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir:

7.11.1 A equipe de fiscalização deverá validar as características das licenças entregues, comparando-as com as especificações do Termo de Referência, como identificação do produto, tipo ou modelo de licenciamento e vigência; e

7.11.2 A equipe de fiscalização deverá implementar mecanismos próprios de controle dos volumes consumidos, evitando-se a aferição baseada exclusivamente em relatório ou outro artefato produzido pela própria contratada.

7.12 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.12.1 Encaminhar as demandas através de abertura de chamados técnicos por contato telefônico, e-mail ou acesso ao sítio da Contratada;

7.12.2 Acompanhar o andamento dos chamados abertos, tomando as providências adequadas, necessárias.

Fiscalização Técnica

7.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.15. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024; e

7.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de aceitação

8.1 As entregas, tanto das licenças quanto dos serviços, serão consideradas aceitas somente após a verificação de que atende integralmente aos parâmetros técnicos e funcionais descritos no Termo de Referência, conforme testes e validações previstas.

8.1.1 O pagamento pelos serviços prestados será vinculado ao alcance de resultados efetivamente obtidos, conforme os critérios previamente estabelecidos.

8.1.2 A aferição será realizada por meio de indicadores de desempenho garantindo que os valores pagos reflitam a conformidade dos serviços com as metas estipuladas.

8.1.3 Caso os níveis mínimos de desempenho não sejam atingidos, os pagamentos serão redimensionados proporcionalmente, assegurando alinhamento com os objetivos pactuados e promovendo eficiência na execução dos serviços.

8.1.4 A forma de pagamento será realizada conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE PAGAMENTO
1	ERWIN Data Modeler Standard Edition node-locked (1 a 4 licenças)	Pagamento sob demanda da(s) licença(s) e dos serviços agregados a ela(s) após a execução completa da Ordem de Serviço.

8.1.5 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.2 A aceitação estará condicionada à comprovação do alcance dos indicadores de desempenho e metas definidos, por meio de relatórios ou evidências documentadas.

8.3 O fornecedor deverá comprovar a autenticidade das licenças fornecidas, como certificados digitais ou comprovantes de aquisição diretamente do fabricante.

8.4 O aceite final será realizado pelo responsável técnico ou gestor do contrato, mediante confirmação formal da adequação do serviço às necessidades descritas no Termo de Referência, incluindo a análise de relatórios ou outros documentos comprobatórios.

Níveis mínimos de serviço e de qualidade

8.5. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

8.5.1 A medição dos resultados será aferida por meio de três indicadores:

8.5.1.1 **Indicador de Atraso na Entrega;**

8.5.1.2 **Indicador de Suporte Atendido dentro do prazo; e**

8.5.1.3 **Indicador de Suporte Efetivamente Finalizado.**

Indicador de Atraso na Entrega

IAE - INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA	
Tópico	Descrição
FINALIDADE	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordem de Serviço.
META A CUMPRIR	IAE ≤ 0 (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.)
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Ordem de Serviço (OS) e Termo de Recebimento Provisório.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Serviço (OS) e da data de recebimento provisório das licenças.
PERIODICIDADE	por Ordem de Serviço (OS)
MECANISMO DE CÁLCULO (MÉTRICA)	TEX = (DEE - DDE)
	Onde:
	TEX = Tempo de execução (quantidade de dias entre o envio da OS e o recebimento provisório).
	DDE = Data definida para entrega das licenças constante na Ordem de Serviço (OS).
	DEE = Data efetiva da entrega das licenças.
	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.

OBSERVAÇÕES	Obs2: Os dias com expediente parcial na Presidência da República serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	A partir da emissão da OS.
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO E SANÇÃO	Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OS;
	De 1 a 15 (dias de atraso) – Glosa de 2,5% sobre o valor da OS.
	De 16 a 20 (dias de atraso) – Glosa de 5% sobre o valor da OS.
	De 21 a 30 (dias de atraso) - Glosa de 10% sobre o valor da OS;
	Acima de 30 (dias de atraso) – Será aplicada a multa de 2% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior.

Indicador de Suporte Atendido dentro do Prazo

SAP - INDICADOR DE SUPORTE ATENDIDO DENTRO DO PRAZO	
Tópico	Descrição
FINALIDADE	Assegurar que os chamados para suporte técnico/manutenção estejam dentro do prazo de início e fim de atendimento.
META A CUMPRIR	SAP => 90% (assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo de início e fim de atendimento)
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Cálculo do prazo de Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico em relação ao Nível de Serviço
PERIODICIDADE	Mensalmente
MECANISMO DE CÁLCULO (MÉTRICA)	$SAP = (QAP/QTA) \times 100$
	Onde:
	QAP= Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo.
	QTA= Quantidade total de chamados atendidos.
OBSERVAÇÕES	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.
	Obs2: Os dias com expediente parcial na Presidência da República serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Após abertura da OS
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO E SANÇÃO	Para valores iguais ou superiores a 90% – Sem multa;
	De 72% a 89,99% – Será aplicada a multa de 0,5% sobre o valor do Contrato
	Abaixo de 71,99% – Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do Contrato.

Indicador de Suporte Efetivamente Finalizado

SEF -INDICADOR DE SUPORTE EFETIVAMENTE FINALIZADO	
Tópico	Descrição
FINALIDADE	Assegurar que os chamados para suporte técnico/manutenção sejam finalizados apenas quando os objetivos de suporte forem inteiramente atendidos.
META A CUMPRIR	SFP >= 90% (assegurar que os chamados não sejam finalizados enquanto não forem plenamente atendidos.)
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Cálculo da quantidade de aceites de chamado para cada solicitação de suporte técnico.

PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO (MÉTRICA)	$SEF = (QAF/QTA) \times 100$
	Onde:
	QAF= Quantidade de chamados efetivamente finalizados.
	QTA= Quantidade total de chamados abertos.
OBSERVAÇÕES	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.
	Obs2: Os dias com expediente parcial na Presidência da República serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
	Obs3: Será necessária confirmação por escrito do usuário solicitante ou validação por meio de testes.
INÍCIO DE VIGÊNCIA	Após abertura da OS
FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO E SANÇÃO	Para valores iguais ou superiores a 90% – Sem multa;
	De 72% a 89,99% – Será aplicada a multa de 0,5% sobre o valor do Contrato
	Abaixo de 71,99% – Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do Contrato.

8.6. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.6.1. não produziu os resultados acordados,

8.6.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.6.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.8 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios constantes na **Tabela de Sanções e Glosas** do subitem 9.1.

Recebimento

8.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.10. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.14. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.15. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.15.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.16. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.17. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.18. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.19. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.21. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.22. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.22.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.22.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.22.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.22.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

8.22.4.1 A emissão de Nota Fiscal por parte da contratada deve estar condicionada à autorização prévia por parte do gestor do contrato após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, nos termos da alínea “n” do Inciso I do art. 33 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

8.22.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.23. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.24. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.25. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.26 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.26.1 Previamente ao recebimento definitivo dos serviços serão realizados a verificação, testes e inspeção do atendimento integral às especificações técnicas exigidas conforme especificados na Ordem de Serviço.

Liquidação

8.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.28. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.29. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.30. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.31. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.32. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.32.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e
- 8.32.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.33. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.34. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.35. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.36. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.37. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.38. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.39. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.40. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.41. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.41.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.42. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.43. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **26/09/2025**.

8.44. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.45. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.46. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.47. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.48. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.50. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.51. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.51.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.51.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização

dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.51.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.51.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Tabela de Sanções e Glosas

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 8 (oito) horas úteis.	Multa de 0,5 (um meio) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 (dez) dias úteis.
		Após o limite de 10 (dez) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1 (um) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE - INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA	Para valores do IAE iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OS;
		De 1 a 15 (dias de atraso) – Glosa de 2,5% sobre o valor da OS.
		De 16 a 20 (dias de atraso) – Glosa de 5% sobre o valor da OS.
		De 21 a 30 (dias de atraso) - Glosa de 10% sobre o valor da OS;
		Acima de 30 (dias de atraso) – Será aplicada a multa de 2% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior.
3	Não atender ao indicador de nível de serviço SAP -INDICADOR DE SUPORTE ATENDIDO DENTRO DO PRAZO	Para valores do SAP iguais ou superiores a 90% – Sem multa;
		De 72% a 89,99% – Será aplicada a multa de 0,5% sobre o valor do Contrato
		Abaixo de 71,99% – Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do Contrato.
		Para valores do SEF iguais ou superiores a 90% – Sem

4	Não atender ao indicador de nível de serviço SEF -INDICADOR DE SUPORTE EFETIVAMENTE FINALIZADO	multa;
		De 72% a 89,99% – Será aplicada a multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.
		Abaixo de 71,99% – Será aplicada a multa de 1% sobre o valor do Contrato.
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela	Advertência.
		Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 (um) % do valor total do Contrato.

9.2 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3 Durante toda a vigência do contrato, poderá ser aplicada multa com base no desempenho dos indicadores de nível de serviço **SAP (Suporte Atendido dentro do Prazo)** e **SEF (Suporte Efetivamente Finalizado)**. Os valores correspondentes à multa serão apurados mensalmente, considerando o descumprimento das metas estabelecidas para esses indicadores. Essa medida está sendo adotada para garantir a qualidade no fornecimento dos serviços agregados de manutenção, suporte técnico e atualização, incentivando o cumprimento dos níveis de serviço pactuados e assegurando a eficiência e confiabilidade das entregas realizadas.

9.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.5. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.5.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.5.4. Multa:

9.5.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

9.5.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.5.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.5.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.4, de 20% a 30% do valor do Contrato.

9.5.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 9.4, de 15% a 20% do valor do Contrato.

9.5.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 9.4, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

9.5.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 9.4, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

9.5.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 9.4, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.11.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Observa-se que o objeto em questão não se enquadra nas situações que recomendam o emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com o que estabelecem o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 7.892/2013, que reservam o SRP para casos em que haja expectativa de compras frequentes, por diferentes órgãos ou entidades, ou quando não for possível prever com precisão o quantitativo a ser adquirido ao longo do período de vigência da ata.

Regime de Execução

10.3 O regime de execução do contrato será por **empreitada por preço global**.

10.3.1 A aquisição por preço global se deve ao fato de que todas as licenças e serviços estão intrinsecamente relacionados. A divisão do objeto a ser licitado em itens pode acarretar prejuízos quanto à instalação, configuração e operacionalização da solução, bem como sua manutenção, uma vez que se exige total compatibilidade entre as licenças da solução a serem adquiridas.

10.3.2 Justifica-se esta escolha por se tratar de itens que estão inter-relacionados, e, em caso de separação dos itens dentro de um mesmo lote, pode haver um maior tempo de indisponibilidade por falta de comunicação

e cooperação entre diferentes empresas. A divisão do objeto a ser licitado em itens não é possível, pois se exige total compatibilidade entre as licenças da solução.

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

10.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico

10.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1 O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverão ser emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que o PROPONENTE possui experiência anterior na instalação, suporte técnico e manutenção do software ERWIN, objeto desta contratação.

1. Descrição geral do produto ou software comercializado;
2. Data da comercialização do produto ou software; e
3. Nome e telefone de contato do responsável por parte do cliente.

10.32.1.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35. Declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

Disposições gerais sobre habilitação

10.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Disposições para cooperativas

10.41. Não será admitida a participação de cooperativas, em razão dos serviços não se coadunarem como regime mutualista.

Planilha de Custos e Formação de Preços

10.42. A Planilha de Custos e Formação de Preços é uma importante ferramenta que contribui para a análise crítica da composição dos preços unitários e total, com vistas a mitigar a assimetria de informações e auxiliar na eventual realização de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

10.43. A Planilha de Custos e Formação de Preços deve ser entregue pelo licitante durante a fase de recebimento de propostas e não se vincula à estimativa apresentada pelo órgão contratante na fase de planejamento da contratação.

10.44. A Planilha deverá ser elaborada em conformidade com o modelo constante no ANEXO VI.

10.45. Por se tratar de contratação exclusivamente vinculada à entrega de produtos e ao atendimento aos níveis mínimos de serviços, não se configura como contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, contratação por homem/hora tampouco por postos de trabalho.

Disposições sobre consórcio

10.46. Pela natureza do objeto a ser contratado, o qual exige um modelo de entrega em que o fornecedor é inteiramente responsável pela segurança da informação e continuidade dos serviços suportados pelo software de sua propriedade, não será admitida a participação de licitantes constituídos em consórcio, em razão dos serviços requererem unidade técnica na operacionalização de sua execução.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 336.239,40 (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A contratação será atendida pela Fonte de recursos 0100, Unidade Gestora 110001 - Secretaria de Administração.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Instalação e ativação de <u>2(duas) licenças</u> da CGDES/DITEC/SA/SE/CC.	até 15 dias corridos após a abertura da Ordem de Serviço.	R\$ 168.119,70
Instalação e ativação de <u>1 (uma) licença</u> do GSI	até 15 dias corridos após a abertura da Ordem de Serviço.	R\$ 84.059,85
Instalação e ativação de <u>1 (uma) licença</u> do SNJ /SG	até 15 dias corridos após a abertura da Ordem de Serviço.	R\$ 84.059,85

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALDEYR MENDES CORDEIRO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 15:11:31.

LUCAS DE OLIVEIRA SOUTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 15:10:35.

JOSE WELLINGTON DOS SANTOS

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 17:24:52.

BRUNO PEREIRA PONTES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 17:59:04.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 12 - Anexo I TR Ordem de Serviço Fornecimento de Bens (7024942).pdf (158.58 KB)
- Anexo II - 13 - Anexo II TR Termo de Ciência (7024946).pdf (159.28 KB)
- Anexo III - 14 - Anexo III TR Termo de Compromisso e Manutenção do Sigilo (7024949).pdf (218.05 KB)
- Anexo IV - 15 - Anexo IV TR Termo de Recebimento Provisório (7024963).pdf (168.94 KB)
- Anexo V - 16 - Anexo V TR Termo de Recebimento Definitivo (7024967).pdf (178.88 KB)
- Anexo VI - 17 - Anexo VI TR Modelo Planilha de Custos (7024972).pdf (117.15 KB)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS		Data de emissão	
CONTRATO nº			
Objeto do Contrato			
Contratada		CNPJ	
Preposto			
Início vigência		Fim vigência	
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade			
Solicitante		E-mail	

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
Valor total estimado da OS					

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:

Data do Fim:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

**<Responsável pela demanda/
Fiscal Requisitante>**
Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato
Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxxx de xxxx

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
OBJETO			
CONTRATADA		CNPJ	
PREPOSTO			
GESTOR DO CONTRATO		MATR.	

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Brasília, onde está localizada a sede da CONTRATANTE,

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – SERVIÇOS DE TIC

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº			
CONTRATADA		CNPJ	
Nº DA OS			
DATA DA EMISSÃO			

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
TOTAL DE ITENS			

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO

4 – ASSINATURA

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>
Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS > acima identificada foram <prestados/entregues> pela

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Tecnologia
Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

ANEXO VI
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE

Identificação da Licitação:	
Nº do Processo:	
Nº da Licitação:	
Nome da Empresa:	
CNPJ:	
GRUPO XX - <descrição do grupo>	
ITEM XX - <descrição do item>	
Componentes de Custo	
Descrição	Valor Unitário (%)
Custo de pessoal	
Custo com software	
Custos com recursos de computação	
Custos com suporte técnico	
Custos com atualização e correção	
Custos com hardware	
Custos com serviços de informações	
Outros custos (especificar)	
Subtotal componentes de custo	
Componentes de Preço	
Descrição	Valor Unitário (%)
Elementos Comerciais (Fatores/Ajustes Comerciais)	
Cobertura Tributária	
Outros componentes (especificar)	
Subtotal componentes de preço	
Total Unitário	
Quantidade Total Estimada	
Valor Total do [item/grupo]:[Valor unitário x quantidade estimada para contratação]	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 5/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00094.000204/2024-24

2. Descrição da necessidade

Aquisição de ferramenta de modelagem de dados.

2.1. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para assegurar o interesse público envolvido e a sua melhor solução e, consequentemente embasar o anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XX. Além disso, é requisito da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre as contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

2.2. Segundo a Lei nº 14.600, de 19 de Junho de 2023, integram a Presidência da República (PR) os seguintes órgãos: Casa Civil; Secretaria-Geral; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria de Comunicação Social; Gabinete Pessoal do Presidente da República e o Gabinete de Segurança Institucional.

2.3. A Diretoria de Tecnologia (DITEC), vinculada à Secretaria de Administração da Casa Civil, é responsável, dentre outras atribuições, pelo planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades relacionadas com o desenvolvimento, a contratação e a manutenção das soluções de tecnologia da informação no âmbito de toda a PR. A Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Sistemas (CGDES), parte integrante da DITEC, possui equipe de técnicos, formada por servidores requisitados oriundos de diversos órgãos da Administração Pública, que executam atividades de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

2.4. Uma das motivações desta contratação é atender as metas impostas nos instrumentos de planejamento da PR, em especial, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República - PDTI PR/VP 2024/2027, publicado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação por meio da Resolução CGD/PR nº 41, de 8 de outubro de 2024, visando aumentar a capacidade de entrega da PR para atender à crescente demanda por soluções de sistemas de informação, e intensificar o uso de Tecnologia da Informação como instrumento de inovação e melhoria dos processos.

2.4.1 A pretensa contratação está prevista no PDTI PR/VP 2024/2027 da seguinte forma:

Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI-PR/VP 2024/2027	
EIXO	Sistemas e análise de dados
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)	OE1 – Prover soluções de TI para a PR OE5 - Aperfeiçoar a gestão dos serviços de TI na PR
NECESSIDADE DE TI	N19 - Aprimorar o serviço de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação
AÇÃO	A113 - Adquirir licenças de software para modelagem, criação e manutenção de bases de dados, data warehouses e modelos de dados empresariais.

2.5. Destaca-se que o presente estudo se trata da aquisição de licenças de software de modelagem de dados. Com isto, pretende-se, com as novas versões do software, venha prover novas implementações para os usuários desta Unidade, como também manter a garantia e suporte, atributos importantes de uma estrutura da informação.

- 2.6. A ferramenta de modelagem de dados propõe aumentar a produtividade ao fornecer um ambiente gráfico fácil de usar que simplificará o design e a manutenção de banco de dados, automatizando diversas tarefas prolongadas e aprimorará a comunicação em toda a organização de desenvolvimento, ajudando a aumentar a eficiência e a qualidade dos dados e, ao mesmo tempo, reduzindo os custos.
- 2.7. Considera-se que o processo de licenciamento de software caracteriza a aquisição, junto à empresa fabricante ou a um fornecedor/representante, de um conjunto de licenças de software. Uma licença representa uma autorização para que o desenvolvedor de um determinado software conceda para outros utilizar a plataforma e todas suas funcionalidades com proteção.
- 2.8. Além disso, existe a importância jurídica da licença de um software para a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do órgão público. O atendimento às questões legais vinculadas a um software, quando não se encontram em conformidade, podem gerar efeitos danosos ao negócio da instituição. Uma estrutura de software, seja qual for a sua natureza, quando atende as questões legais promovem a confiança e o respeito perante fornecedores, instituições de controle, demais órgãos e também à sociedade como um todo.
- 2.9. Utilizar softwares básicos não legalizados não é uma opção viável para nenhum tipo de negócio, independentemente do seu porte ou segmento de atuação. Organismos que optam por tal comportamento estão sujeitos a multas pelo descumprimento de obrigações legais, além de sofrerem com instabilidade no uso das aplicações e abrirem margem para infecção do parque tecnológico por *malwares* embarcados nos instaladores destas aplicações.
- 2.10. Para que toda a Presidência da República possa atuar de maneira eficiente e eficaz, e com os recursos necessários para o pleno desenvolvimento de suas atividades, são necessários mecanismos tecnológicos que sejam capazes de gerar valor e entregar as informações necessárias, de forma a permitir a produção de conhecimento útil e tempestivo à tomada de decisão, seja em nível estratégico, tático ou operacional.
- 2.11. Um aspecto relevante a ser considerado é a natureza das informações da PR, uma vez que, deve lidar para a execução das suas competências, e o nível de sigilo que deve ser a elas assegurado. Em muitos casos trata-se de dados com características que ensejam o controle restrito ao público, temporariamente, em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) e do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência).
- 2.12. Diante da situação, a Equipe de Planejamento da Contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar com o objetivo de pesquisar uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que proporcione licenças de softwares indispensáveis para o correto funcionamento dos serviços vinculados a Presidência da República (PR), para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Presidência da República, em conformidade com o disposto no art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.
- 2.13. Atualmente, a Presidência da República possui 4 (quatro) licenças de modelagem de dados, CA ERwin Data Modeler Standard Edition, por meio do Contrato nº 143/2013 vinculado ao Pregão nº 54/2013, as quais estão desatualizadas tecnologicamente. Ressalta-se que a nova contratação deverá alcançar os seguintes resultados abaixo a fim de apresentar o suporte adequado as demandas da instituição, são eles:
- Manter o padrão de modelagem de dados utilizados pela Presidência da República;
 - Gerenciar com mais eficiência os recursos de dados;
 - Manter a qualidade e estabilidade dos ativos dados da PR;
 - Aumentar a qualidade e reduzir a necessidade de manutenção e os custos de desenvolvimento; e
 - Manter a segurança das informações armazenadas no Centro de Dados da Presidência da República.
- 2.14. Considerando ainda as novas normativas para soluções de TI para fornecimento de licenças, é necessário analisar as opções disponíveis no mercado de forma a atender as demandas com o menor impacto possível e manter a padronização adotada minimizando custos de desenvolvimento, treinamento e incompatibilidades.
- 2.15. Cabe destacar que objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
1. ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025;
 2. Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
 3. Id do item no PCA: 351;
 4. Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA;
 5. Identificador da Futura Contratação: 110001-329/2025.
- 2.16 Por fim, convém informar também que a contratação está contemplada no Plano de Logística Sustentável da Presidência da República versão 2024 /2026 (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel>) da forma apresentada abaixo:

Plano de Logística Sustentável - PLS SA/SE/CC/PR 2024-2026	
EIXO	3 - Identificação dos objetos de menor impacto ambiental.
DIRETRIZ	Promover e incentivar compras públicas sustentáveis para bens e serviços.
OBJETIVO	OB9 - Aumentar a aplicação de critérios de sustentabilidade

META	Inserir no ETP e TR critérios de sustentabilidade na contratação de bens e serviços
INDICADOR	Aumento de contratações sustentáveis
AÇÃO	Aumentar o percentual de contratações com critérios de sustentabilidade

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenacao-Geral de Desenvolvimento de Sistemas	Waldeyr Mendes Cordeiro da Silva

4. Necessidades de Negócio

4.1. As necessidades de negócio envolvidas na contratação representam o detalhamento do objeto a ser contratado. A solução deverá prover, independentemente da tecnologia que se empregue ou dos padrões tecnológicos da instituição, a automatização e o ajustamento das configurações com o propósito de alinhar os negócios, além de proporcionar a plenitude dos dados e facilitar a associação. Para que isso ocorra é fundamental que a ferramenta disponibilize as seguintes prerrogativas:

- Desenvolvimento e gerenciamento centralizados de modelos; e
- Automatização dos modelos de dados e configurações que possa proporcionar a eficiência e dirimir falhas.

4.2. A ferramenta de modelagem de dados é fundamental para um planejamento, manutenção e comunicação eficientes da estrutura de dados de um sistema de forma colaborativa. Sua função assume significativa relevância no contexto do desenvolvimento de software e na gestão de bancos de dados, contribuindo substancialmente para aprimorar a qualidade, eficiência e compreensão dos sistemas que compõem o catálogo de sistemas da instituição, hoje composto por **mais de 80 sistemas em produção** com constantes manutenções, inclusive evolutivas, além de outros em desenvolvimento.

4.3 A Presidência da República tem empregado o software de modelagem de dados ERWIN desde o ano de 1992, quando estabeleceu uma coordenação específica para a administração de dados. Ao longo deste intervalo temporal, a instituição adquiriu diversas versões do referido software, incluindo as versões 3.5.2, 4 e 9.

4.4 Todos os modelos de dados dos sistemas desenvolvidos durante esse período foram elaborados utilizando exclusivamente o software ERWIN. A Presidência da República mantém um total de **263 repositórios** de modelos de dados produzidos com o referido software, sendo destinado um repositório individual para cada sistema desenvolvido. Ademais, cada sistema é caracterizado pela presença de múltiplas versões de modelos associados.

4.5. Em 2013, última contratação realizada, a Diretoria de Tecnologia atualizou a ferramenta **CA Erwin Data Modeler Standard Edition**, mediante o contrato nº 149/2013 (Processo: **00094.000558/2013-16**). No entanto, após o término do contrato, não foram realizadas mais atualizações de versão na referida ferramenta.

4.6. A situação atual revela um cenário de carência de suporte e atualizações que possibilitem utilizar a ferramenta em máquinas mais modernas, representando, assim, um risco de segurança da informação para a instituição. Considerando a dependência de um sistema operacional de 32 bits para versão do ERWIN em uso, a obsolescência da ferramenta expõe a organização a ameaças de segurança e perda de informações.

4.7. Além disso, salienta-se a importância da atualização tecnológica, para acompanhar a evolução dos sistemas gerenciadores de bancos de dados. Outro aspecto a ser considerado é a iminente possibilidade de falha na funcionalidade da ferramenta, que sem o devido suporte, poderia trazer impactos severos nas operações institucionais.

4.8. Vale destacar que existe, adicionalmente, demanda da Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG) que solicita licença de ERWIN, por meio do processo SEI n 00268.000204/2024-95, para uso em modelagem de dados para aprimoramento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. As necessidades tecnológicas definem os padrões, metodologias, processos definidos, cuidados com a segurança da informação, entre outros aspectos, que a solução deve atender para que atinja o desempenho e os resultados esperados.

5.2. Dessa forma, a modelagem de dados deve seguir algumas etapas para alcançar um sistema de banco de dados coerente com as necessidade de uma organização. O processo deverá seguir quatro etapas, são elas:

- **Análise de requisitos:** É imprescindível para definir as regras de negócio do projeto, isto é, buscar o conhecimento da criação do sistema (software, plataforma, aplicativo, etc.)
- **Modelagem Conceitual:** O diagrama deverá conter todas as regras de negócio estabelecidas na etapa de análise de requisitos, ou seja são as funcionalidades desse sistema, nos quais precisam conter quatro elementos: Entidades, Relacionamentos, Cardinalidade e Atributos.
- **Modelagem Lógica:** Visa garantir a lógica do sistema sendo desenvolvido. Nessa etapa, utiliza-se elementos como entidades, relacionamentos e atributos, além da adição de chaves. As chaves são divididas entre primárias e estrangeiras. As chaves primárias (PK), são responsáveis por assegurar que os dados adicionados sejam únicos e exclusivos dentro do sistema, ao passo que as chaves estrangeiras (FK), são chaves associativas, buscando assim estabelecer relações entre as entidades de um sistema.
- **Modelagem Física:** É a fase que transforma o modelo lógico de dados em um modelo físico, ou seja, envolve a criação do banco de dados em si, respeitando as regras de negócios definidas nas demais etapas e seguindo os requisitos dos outros modelos criados previamente.

5.3. A ferramenta atualizada deverá atender, no mínimo, às seguintes necessidades tecnológicas:

Necessidade Tecnológica	Descrição
Ambiente Colaborativo de Modelagem de Dados	O sistema deve oferecer um ambiente colaborativo de modelagem de dados para o gerenciamento de dados corporativos. Deve proporcionar uma interface gráfica intuitiva para facilitar a interação.
Ferramentas de Criação e Comparação de Modelos e Bancos de Dados	Deve prover ferramentas para a criação e comparação entre modelos e bancos de dados existentes na Presidência da República.
Trabalho com Modelos Físicos e Lógicos Separadamente e Simultaneamente	Deve permitir o trabalho com modelos físicos e lógicos de forma separada e simultânea.
Definição de Padrões para Evitar Redundância	O sistema deve possibilitar a definição de padrões visando evitar a redundância nos dados.
Intercâmbio de Metadados com Outras Ferramentas	Deve promover o intercâmbio de metadados com outras ferramentas de maneira eficiente.
Geração de Script DDL a partir do Modelo Gráfico	Deve gerar o script DDL (<i>Data Definition Language</i>) a partir do modelo de dados gráfico.

Geração de Script DDL da Diferença entre Modelos de Dados	O sistema deve gerar o script DDL da diferença entre a comparação de modelos de dados.
Geração do Desenho Gráfico do Modelo de Dados a partir de Script DDL	Deve ser capaz de gerar o desenho gráfico do modelo de dados a partir de um script DDL.
Geração do Desenho Gráfico do Modelo de Dados por Engenharia Reversa	Deve gerar o desenho gráfico do modelo de dados por meio de engenharia reversa direta do banco de dados.
Compatibilidade com Diversos Gerenciadores de Banco de Dados	Deve ser homologado para trabalhar com os Gerenciadores de Banco de Dados Oracle (versão 10 e superiores), SQL Server, e MySQL. Opcionalmente, deve ser capaz de trabalhar também com o gerenciador de banco de dados PostgreSQL.
Licenças de Uso Simultâneo	O produto deve ser acompanhado de 4 licenças de uso simultâneo.
Compatibilidade com Sistema Operacional	O software deve ser compatível com o sistema operacional Microsoft Windows 10 ou superior, em versões 32 e 64 bits.
Infraestrutura na Presidência da República	As licenças de uso serão instaladas na infraestrutura da Presidência da República e deverão ser compatíveis com Windows Server 2019 ou superior ou Oracle Linux 8 ou superior.

5.4 Em suma, a ferramenta deverá ser usada de forma simples e prática possibilitando uma melhor visualização, controle e documentação do que se tem no banco de dados. Através dos diversos recursos disponíveis será possível esboçar o banco de dados definindo as entidades de que compõe o modelo com seus respectivos atributos e relacionamentos, definindo características dessas entidades tornando-as reais em um ou vários modelos físicos se for necessário o acesso ao Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (*SGBD*) distintos. Além disso, deverá criar, de forma automática, o modelo implementado em um banco de dados ou gerar *scripts* para atualização/alterações realizadas no modelo, conciliar dois bancos de forma a garantir uma estrutura idêntica em ambos, entre outros vários recursos.

5.5. Requisitos de Segurança:

5.5.1. Possuir sua própria arquitetura de segurança, independente da utilização de soluções de segurança de terceiros.

5.5.2. Permitir restringir funcionalidades da solução para um determinado usuário ou grupo.

5.5.3. Possuir interface gráfica para administração da solução.

5.5.4. Permitir a integração de autenticação com serviço externo, por meio de diretórios *Microsoft Active Directory* (por meio de NTLMv2 ou Kerberos) ou LDAP, e permitir a integração de serviços *single signon* usando protocolos de mercado e pelo menos um dos seguintes: SAML2, OAUTH2, OIDC ou JWT.

5.5.5. A contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo em Contrato, conforme modelo da Presidência da República, assim como seus prestadores de serviço deverão assinar o Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo.

5.5.6. Deve registrar logs de acesso e de auditoria incorporando, no mínimo, operações realizadas, usuário responsável, objetos alterados ou consultados, alteração realizada e identificação de origem, incluindo endereço IP.

5.5.7. Possuir módulo de auditoria próprio que apresente informações sobre quais usuários possuem acessos a quais recursos e quais são as regras de segurança responsáveis por permitir determinado acesso.

5.5.8. Deverá possibilitar a criação de grupos de usuários para facilitar o gerenciamento de permissões.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos de Documentação:

6.1.1. A Contratada deverá entregar junto com os softwares adquiridos:

6.1.1.1. Manuais dos softwares, editados em língua portuguesa do Brasil.

6.1.1.2. Comprovação do atendimento aos requisitos de segurança.

6.2. Requisitos Suporte Técnico da Solução:

6.2.1. São considerados serviços de suporte técnico incluídos na prestação do serviço: configuração e instalação da solução ou seus componentes, consultas quanto a defeitos, funcionalidades, dúvidas de funcionamento e arquiteturas, reclamações e correções de defeitos e problemas, atualização dos componentes de software em virtude do lançamento de patches, novas versões, correções de segurança ou quaisquer outras intervenções necessárias para a garantia do bom funcionamento da solução nas condições contratadas.

6.2.2. Os serviços deverão ser prestados preferencialmente de forma remota.

6.2.3. A Contratada deverá fornecer suporte telefônico sobre as funcionalidades dos ambientes e produtos fornecidos, em Português Brasil, onde poderão ser submetidas questões técnicas, que devem ser respondidas por telefone ou e-mail.

6.2.4. A Contratada deverá disponibilizar relatórios mensais destes contatos/atendimentos, e eventuais falhas e/ou incidentes, e ações, oriundos dos mesmos.

6.2.5. Esse suporte deverá estar disponível durante toda a vigência contratual, de segunda a sexta-feira em horário comercial (das 8:00 às 17:00 horas), exceto feriados. O tempo para atendimento inicial do chamado deve ser de no máximo quatro horas.

6.2.6. Deverá ser disponibilizado o acesso a todos as atualizações (em inglês, *upgrades*) de versão dos produtos, durante o período de vigência do contrato, para as quantidades de produtos descritas neste documento.

6.2.7. Deverá ser disponibilizado o acesso aos downloads de extensões dos produtos para as quantidades de produtos descritas neste documento.

6.2.8. Deverá ser disponibilizado o acesso às bases de conhecimento, documentação técnicas oficiais através da Web dos produtos e suas extensões, diretamente com o fabricante da solução.

6.2.9. Deverá ser disponibilizado o acesso às bases de conhecimento disponibilizadas através da Web pelo fabricante.

6.2.10. Deverá ser disponibilizado o auxílio operacional e a ajuda técnica para o esclarecimento de dúvidas em funcionalidades nativas da ferramenta e, adicionalmente, em mensagens de erro apresentadas pelo produto.

6.2.11. Deverá ser disponibilizado o auxílio operacional e a ajuda técnica para a correção de erros, a implementação/atualização de novas versões e pacotes de correções para a ferramenta, e o apoio para resolução de problemas decorrentes da utilização do produto escopo deste documento.

6.2.12. A empresa fornecedora deverá disponibilizar à Presidência da República, mensalmente, um relatório contendo todos os incidentes registrados para o produto/serviço.

6.2.13. O suporte deverá estar disponível, via canais oficiais formalizadas junto à Presidência da República, por telefone e/ou e-mail.

6.3 Requisitos de Sustentabilidade

6.3.1 São diretrizes de sustentabilidade, quando couber, a serem observadas pela empresa fornecedora, entre outras:

- menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; e
- uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1 A fim de especificar os quantitativos para atender às necessidades de negócio, realizou-se um levantamento do quantitativo de licenças existentes instaladas em servidores adquiridos entre 2013 e 2023, em versões sem atualização há mais de três anos no Centro de Dados da PR sendo o montante de 4 (quatro) licenças. Atualmente, ao consultar a necessidade interna foi identificado que a demanda continua a ser de 4 licenças.

7.2 Premissas adotadas para contratação de software:

7.2.1 Alocar uma licença de uso por pessoa, considerando que:

- Atualmente a CGDES/DITEC/SA/SE/CC possui dois analistas responsáveis pelas modelagens que eventualmente precisam utilizar simultaneamente o software;
- O GSI possui área de desenvolvimento de sistemas a qual utiliza o ERWIN para modelar os seus respectivos dados;
- Existe solicitação de licença de ERWIN, por meio do processo SEI nº 00268.000204/2024-95, para uso em modelagem de dados para aprimoramento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

7.3 Fórmula de Cálculo:

- nº de licenças necessárias = nº de analistas responsáveis na CGDES + nº analistas responsáveis no GSI + nº de licenças solicitadas pelo SNJ/SG.

7.4 Parâmetros de entrada:

- 2 analistas responsáveis pelas modelagens na CGDES;
- 1 analista responsável pelas modelagens no GSI;
- 1 solicitação de licença realizada oficialmente pela SNJ/SG.

7.5 Execução dos cálculos:

Item	Nº de licenças por item (Premissas)	Nº de itens (Parâmetros de entrada)	Nº de licenças necessárias (Quantidades definidas)
CGDES/DITEC/SA/SE/CC	1	2	2
GSI	1	1	1
SNJ/SG	1	1	1
Total de licenças necessárias			4

7.6 Cálculo do número de licenças a contratar:

- nº de licenças a contratar = Total de licenças necessárias.

7.7 Equipe responsável pela elaboração da memória de cálculo da quantidade a contratar:

Nome	Cargo	Lotação
Lucas de Oliveira Souto	Coordenador	CGDES/DITEC
Marco Aurelio Costa	Assistente	CGDES/DITEC
Waldeyr Mendes Cordeiro da Silva	Coordenador-Geral	CGDES/DITEC

7.8 Serviços Agregados:

7.8.1 A contratação das licenças de software deverá incluir, como parte integrante, os serviços agregados de manutenção, suporte técnico e atualização por um período de três anos. Essa abordagem garante que o software permaneça atualizado e funcional ao longo do tempo, atendendo às necessidades do órgão com eficiência. Além disso, a inclusão desses serviços na aquisição inicial elimina a necessidade de contratações adicionais para suporte e manutenção, promovendo maior previsibilidade orçamentária e assegurando que o software esteja sempre alinhado às evoluções tecnológicas e às exigências de segurança.

8. Levantamento de soluções

8.1. Serão considerados, para fins comparativo, 3 tipos de soluções disponíveis no mercado para licença de software. São eles.

8.1.1. Software Livre: O termo software livre significa código aberto, mas nem todo código aberto é software livre. É importante destacar que software livre não equivale a software gratuito, já que o termo "livre" remete a noções mais do que simplesmente monetárias. Destaca-se que no Brasil dispõem 2 tipos de seguimentos de Software Livre, tanto na esfera pública quanto na privada, conforme abaixo:

- a. Software Livre Brasil: é uma Associação de Software Livre que reúne universidades, empresários, poder público, grupos de usuários, ONG's e ativistas pela liberdade do conhecimento, com objetivo a promoção do uso e do desenvolvimento do software livre como uma alternativa de liberdade econômica, tecnológica e de expressão. (<http://softwarelivre.org/>).
- b. Portal Software livre Público: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) disponibiliza ferramenta para compartilhamento de licenças de software sem custo a Administração Pública (<http://www.softwarelivre.gov.br>).

8.1.2. Software Público: São softwares livres disponíveis aos poderes da Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios), compartilhados sem ônus no portal Software Público Brasileiro (<https://softwarepublico.gov.br/social/>) visando a economia de recursos públicos. Contudo, esses softwares não atendem tecnicamente as necessidades atuais da Presidência da República, bem como não dispõem de garantia, suporte técnico e atualização/upgrade, pois essas funcionalidades dependem de contratação de empresa privada que forneça o serviço.

8.1.3. Software com ônus: Este método de utilização ocorre mediante retribuição financeira, já que dispõe de recursos tecnológicos avançados e personalizados aos clientes. A partir do momento da aquisição da licença, é gerado ao usuário o direito de garantia técnica, suporte e atualização de novas versões dos softwares, pelo período contratado.

8.1.3.1. Em consulta as normas legais, fora encontrado no item 1 -1.1 a 1.2 do ANEXO I da Instrução Normativa nº 94/2022 – Ministério da Economia – Secretária de Governo Digital, o conceito sobre o licenciamento de software, senão vejamos:

"1.1. O licenciamento de **software** consiste em qualquer forma de aquisição de direitos de uso de **software**, quer seja por tempo indeterminado (licença perpétua), quer seja por meio de cessão temporária de direito de uso (locação ou subscrição).

1.2. Serviços agregados são aqueles relacionados ao licenciamento de **software**, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico." [grifo nosso]

8.2 Serviços Agregados

8.2.1 Serviços agregados são serviços adicionais providos pelo fornecedor da solução que oferecem aos usuários acesso a recursos adicionais relacionados ao objeto principal. Esses serviços podem incluir suporte técnico, treinamento, atualizações, implementação e outros serviços.

8.2.2 Os serviços agregados podem ser separados da aquisição da solução e pagos de uma só vez ou mensalmente. Nesta contratação optou-se por pagar por licenças perpétuas com serviços agregados incorporados de manutenção e atualização por três anos em uma única vez, ao invés de mensalidades recorrentes, devido à previsibilidade e o controle financeiro. Esse modelo permite que o órgão tenha clareza sobre o custo total da aquisição, sem se preocupar com reajustes ou variações futuras nos preços, além de eliminar a necessidade de gerenciar pagamentos contínuos.

8.3 Modalidades de Remuneração

8.3.1 A Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, estabelece diretrizes para a contratação de software e serviços de computação em nuvem. Essa norma prevê diferentes modalidades de remuneração, como cessão temporária, licenciamento perpétuo, subscrição ou uso como serviço (SaaS), e destaca a necessidade de avaliar, na etapa de planejamento, as formas mais adequadas às necessidades específicas do órgão.

8.3.2 Atualmente, para a solução em questão, o mercado disponibiliza 3 nomenclaturas de licenciamento de software que possuem relação com as modalidades de remuneração e podem ser explicadas da seguinte forma:

- a. **Licenciamento Perpétuo:** são ativos permanentes, intangíveis, com direito a upgrades, porém sem serviço de garantia e suporte técnico, e sem a possibilidade de alteração da versão.
- b. **Licenciamento Perpétuo + serviço de manutenção, atualização de versões e suporte:** são ativos permanentes, intangíveis, com direito a upgrades, manutenção, atualização de versões e suporte das licenças de software perpétuas durante a vigência contratual do serviço.
- c. **Subscrição (SaaS: software como serviço):** É o direito de uso temporário do software, ou aluguel da ferramenta durante a vigência contratual. A subscrição é caracterizada como "serviço", pois a empresa se incumba pela execução dos serviços agregados, tais como serviços de manutenção, atualização de versões e suporte, bem como, pelo fornecimento da cessão de uso do software.

8.3.3 Tendo essa nomenclatura como base, para identificar a modalidade de remuneração que melhor se adequa às necessidades da Presidência da República (PR), foram considerados vários aspectos importantes. A nova contratação deve manter o padrão de modelagem de dados da PR, melhorar a gestão dos recursos de dados, garantir a qualidade e estabilidade dos ativos de dados, reduzir custos de manutenção e desenvolvimento, e manter a segurança das informações no Centro de Dados.

8.3.4 Atualmente, a PR possui quatro licenças perpétuas do software CA ERwin Data Modeler Standard Edition, que estão desatualizadas tecnologicamente. Todos os modelos de dados foram elaborados com esse software, resultando em 263 repositórios de modelos de dados associados a

sistemas em produção. O licenciamento perpétuo permitiu a continuidade do uso mesmo após o fim do contrato, o que é uma vantagem significativa em termos de disponibilidade.

8.3.5 Para mitigar a dependência tecnológica, a Portaria SGD/MGI nº 5.950 exige ações preventivas. O licenciamento perpétuo oferece mais controle sobre o software, enquanto o SaaS gera dependência do fornecedor e da conectividade à internet. Essa diferença é crucial para garantir a autonomia e flexibilidade na gestão dos sistemas.

8.3.6 Por fim, conforme exposto na Pesquisa de Preços (Anexo IV), a aquisição por licenciamento perpétuo torna-se mais atraente a longo prazo. Isso se deve à análise comparativa realizada, que considerou as modalidades de remuneração no decorrer dos anos e seus impactos financeiros. Essa abordagem permite uma gestão mais eficiente dos recursos, alinhada às necessidades específicas da PR.

8.4 Considerando que modelo utilizado hoje na Presidência da República para o ERWIN é o **Licenciamento Perpétuo + serviço de manutenção, atualização de versões e suporte**, será o considerado para fins comparativos com outras soluções de modelagem de dados.

8.5 Desta forma, diversas pesquisas foram realizadas por meio de processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, além de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Presidência da República, dentre elas foram identificadas as 10 (dez) principais ferramentas utilizadas no mercado:

- 1. Erwin Data Modeler;
- 2. ER/Studio;
- 3. DbSchema;
- 4. ERBuilder;
- 5. Navicat Data Modeler;
- 6. Toad Data Modeler;
- 7. HeidiSQL;
- 8. Archi - Open Source ArchiMate Modelling;
- 9. DeZign for Databases; e
- 10. SQL Database Modeler.

8.6 Das ferramentas apresentadas apenas as 6 (seis) a seguir estão relacionadas diretamente à modelagem de dados e possuem possibilidade de atender às demandas da Presidência da República:

- 1. Erwin Data Modeler;
- 2. ER/Studio;
- 3. DbSchema;
- 4. ERBuilder;
- 5. Navicat Data Modeler; e
- 6. Toad Data Modeler.

8.7 As outras ferramentas não são focadas em modelagem de dados, portanto, não atendem completamente aos requisitos e, por isso, não serão consideradas para fins comparativos.

8.7 Com base nessas soluções, foram identificados os seguintes cenários que devem ser analisados quanto à viabilidade e vantagens, conforme estipulado no inciso II do artigo 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, para compor a solução a ser contratada para a Presidência da República:

ID	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ou cenário)
1	Desenvolvimento de Solução sob medida
2	Utilização de Software Público
3	Utilização de Software Livre
4	Aquisição de Solução ER/Studio
5	Aquisição de Solução DbSchema
6	Aquisição de Solução ERBuilder
7	Aquisição de Solução Navicat Data Modeler
8	Aquisição de Solução Toad Data Modeler
9	Aquisição de Solução Erwin Data Modeler

8.8 Para as soluções de ID 4 a 9 levou-se em conta o licenciamento de software do tipo **Perpétuo + serviço de manutenção, atualização de versões e suporte**.

9. Análise comparativa de soluções

9.1 Alguns cenários listados no item 8 foram prontamente descartados devido a problemas identificados em uma análise preliminar.

9.1.1. Solução 1 - O desenvolvimento personalizado foi descartado devido à sua complexidade e à falta de recursos humanos qualificados e em quantidade suficiente. Além disso, o tempo necessário para o desenvolvimento e a dificuldade em alcançar o mesmo nível de flexibilidade e versatilidade dos produtos de mercado tornam essa opção inviável. Geralmente, o desenvolvimento personalizado é viável apenas quando há recursos disponíveis e a necessidade de soluções especializadas indisponíveis no mercado.

9.1.2. Solução 2 - A falta de uma solução adequada no Portal do Software Público para atender às necessidades identificadas, combinada com a ampla disponibilidade de produtos no mercado voltados para essas necessidades, resultou no descarte desta opção.

9.2 Assim, as soluções restantes serão analisadas com mais detalhes.

9.2.1. Solução 3 - Inicialmente, havia a expectativa de encontrar soluções maduras de software livre, dada a grande evolução nos últimos anos. No entanto, após uma análise sumarizada, concluiu-se que essa opção não é adequada nem viável para atender às demandas conforme as necessidades atuais.

9.3. Por fim, em relação às outras soluções (4 a 9), que são: Erwin Data Modeler, ER/Studio, DbSchema, ERBuilder, Navicat Data Modeler e Toad Data Modeler, há uma considerável similaridade técnica entre elas, sendo assim serão analisadas conjuntamente. A comparação dos produtos comerciais analisados está resumida nas tabelas abaixo.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	ER/Studio		x	
	DbSchema		x	
	ERBuilder		x	
	Navicat Data Modeler		x	
	Toad Data Modeler	x		
	Erwin Data Modeler	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	ER/Studio		x	
	DbSchema		x	
	ERBuilder		x	
	Navicat Data Modeler		x	
	Toad Data Modeler		x	
	Erwin Data Modeler		x	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	ER/Studio		x	
	DbSchema		x	
	ERBuilder		x	
	Navicat Data Modeler		x	
	Toad Data Modeler		x	
	Erwin Data Modeler		x	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	ER/Studio			x
	DbSchema			x
	ERBuilder			x
	Navicat Data Modeler			x
	Toad Data Modeler			x
	Erwin Data Modeler			x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	ER/Studio			x
	DbSchema			x
	ERBuilder			x
	Navicat Data Modeler			x
	Toad Data Modeler			x
	Erwin Data Modeler			x
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	ER/Studio			x
	DbSchema			x
	ERBuilder			x
	Navicat Data Modeler			x
	Toad Data Modeler			x
	Erwin Data Modeler			x

9.4. Com base nos requisitos apresentados pela área demandante, a Equipe de Planejamento levantou as principais características desejáveis das ferramentas selecionadas, conforme quadro comparativo abaixo:

Requisito	ER/Studio	DbSchema	ERBuilder	Navicat	Toad	Erwin
Ambiente Colaborativo de Modelagem de Dados	x	x	x	x	x	x
Ferramentas de Criação e Comparação de Modelos e Bancos de Dados	x	x	x	x	x	x
Trabalho com Modelos Físicos e Lógicos Separadamente e Simultaneamente	x	x	x	x	x	x
Definição de Padrões para Evitar Redundância	x	x	x	x	x	x
Intercâmbio de Metadados com Outras Ferramentas	x	x	x	x	x	x
Geração de Script DDL a partir do Modelo Gráfico	x	x	x	x	x	x
Geração de Script DDL da Diferença entre Modelos de Dados	x	x	x	x	x	x
Geração do Desenho Gráfico do Modelo de Dados a partir de Script DDL	x	x	x	x	x	x
Geração do Desenho Gráfico do Modelo de Dados por Engenharia Reversa	x	x	x	x	x	x
Compatibilidade com Diversos Gerenciadores de Banco de Dados	x	x	x	x	x	x
Compatibilidade com Sistema Operacional	x	x	x	x	x	x
Infraestrutura na Presidência da República	x	x	x	x	x	x
Licenças de Uso Simultâneo	x	x	x	x	x	x
Compatibilidade com os modelos gerados pelo software ERWIN						x

9.5. A área demandante da Diretoria de Tecnologia (DITEC) ressaltou o uso contínuo do software de modelagem de dados ERWIN desde o ano de 1992, coincidindo com o estabelecimento de uma coordenação dedicada à administração de dados. Durante esse intervalo temporal, a Presidência da República adquiriu e empregou as versões 3.5.2, 4 e 9 do referido software.

9.6. Adicionalmente, informou que é importante destacar que todos os modelos de dados associados aos sistemas desenvolvidos ao longo desse período foram concebidos por meio do software ERWIN. A Presidência da República mantém um total de 263 repositórios de modelos de dados, cada um deles correspondendo a um sistema desenvolvido e gerido, com múltiplas versões de modelos para cada sistema em particular.

9.7. Dessa forma, a migração para outra plataforma de software se tornaria inviável, dada a complexidade e o volume de modelos de dados existentes, os quais exigiriam uma reconstrução integral caso se optasse por tal transição. Assim, as soluções 4, 5, 6, 7 e 8 não atendem aos requisitos e necessidades atuais da Presidência da República.

9.8 Destaca-se que a Lei 14.133/2021 admite, em caráter excepcional, a indicação de marca e modelo, conforme disposto no art. 41 da referida lei.

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

9.9 Assim, considerando a necessidade de manter a compatibilidade com as plataformas e padrões já adotados pela Administração, optou-se pela continuidade da utilização do software atualmente em uso.

9.10. Portanto, a única solução que apresenta características adequadas em termos de vantagem econômica, requisitos funcionais, de negócios e organizacionais é a **Solução 9, Erwin Data Modeler por Licenciamento Perpétuo + serviço de manutenção, atualização de versões e suporte**. Além disso, esta solução possui diversos fornecedores, não representando riscos significativos para a competitividade.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

ID	Solução	Inviabilidade
1	Desenvolvimento de Solução sob medida	Inviável pela complexidade da solução e ausência de recursos humanos em quantidade e qualificação que precisariam ser mobilizados para a tarefa. Além disso, esta solução requer um tempo de desenvolvimento elevado e não garante a flexibilidade e manutenibilidade das ferramentas comerciais.
2	Utilização de Software Público	Não foram encontradas soluções no portal de Software Público para modelagem de dados.

3	Utilização de Software Livre	Todos os softwares analisados apresentaram limitações importantes nas funções de modelagem de dados e apresentação.
4	Aquisição de Solução ER/Studio	Atende os requisitos técnicos, mas é inviável diante do cenário tecnológico atual da Presidência da República.
5	Aquisição de Solução DbSchema	Atende os requisitos técnicos, mas é inviável diante do cenário tecnológico atual da Presidência da República.
6	Aquisição de Solução ERBuilder	Atende os requisitos técnicos, mas é inviável diante do cenário tecnológico atual da Presidência da República.
7	Aquisição de Solução Navicat Data Modeler	Atende os requisitos técnicos, mas é inviável diante do cenário tecnológico atual da Presidência da República.
8	Aquisição de Solução Toad Data Modeler	Atende os requisitos técnicos, mas é inviável diante do cenário tecnológico atual da Presidência da República.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Cálculo dos Custos totais de Propriedade

11.1.1 Apenas 1 (uma) solução se mostrou viável, não sendo possível realizar comparação com outra, conforme previsto no art. 11, § 1º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

11.1.2 Entretanto, o TCO pode ser calculado com base nos diferentes tipos de licenciamento e suporte da solução viável da seguinte forma:

11.1.2.1 Tipos de licenciamento:

- Licenciamento Perpétuo Nominal:** Nesse modelo, cada usuário é identificado individualmente e recebe uma licença específica para usar o software. É comum instituições onde o número de usuários é fixo e bem definido. Cada licença é atribuída a uma pessoa específica, e não pode ser compartilhada com outros usuários.
- Licenciamento Perpétuo Concorrente:** Nesse caso, o software é licenciado com base no número de usuários simultâneos. Ou seja, a instituição adquire um certo número de licenças, mas elas podem ser usadas por diferentes usuários em momentos diferentes. Quando um usuário sai, outra pessoa pode usar a mesma licença. É uma abordagem flexível para empresas com flutuações no uso do software.
- Licenciamento por Subscrição Nominal ou Concorrente:** Com essa licença, o usuário se torna um “assinante” do software por um período específico (geralmente anual). Durante esse período, obtém acesso ao software e recebe atualizações e suporte. No final da assinatura, pode renová-la ou interromper o uso. É comum em serviços de nuvem e aplicativos SaaS (Software as a Service).

11.1.2.2 Período de Suporte para as licenças do tipo Nomeado e Concorrente:

- 12 meses:** período de suporte, manutenção e atualizações de software disponíveis durante 12 meses de contrato. Após passado o prazo o suporte deverá ser contratado separadamente.
- 36 meses:** período de suporte, manutenção e atualizações de software disponíveis durante 36 meses de contrato. Após passado o prazo o suporte deverá ser contratado separadamente.

11.1.3 Desta forma, tendo como base a média das propostas comerciais, para 12 e 36 meses, enviadas por 3 empresas revendedoras do software no Brasil, conforme explicitado na pesquisa de preços, obteve-se:

Comparação de Valores para 12 meses por Tipo de Licenciamento			
Opção	Descrição do Software/ Serviço	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR ANUAL P/ 4 LICENÇAS
Nominal Perpétua	Licença Nominal - Node-Locked ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION -NODELOCKED PER SEAT LICENSE/24X7 MAINTENANCE. Perpetual License with 1 year Maintenance. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico). SKU - AAX-ERW-PB-247	R\$ 64.998,73	R\$ 259.994,91

Nominal Subscrição	Licença Nominal - Node-Locked ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION NODELOCKED PER SEAT 24X7 TERM LICENSE/MAINT (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico). SKU - AAD-ERW-TB-247	R\$ 26.590,36	R\$ 106.361,44
Concorrente Perpétua	Licença Concorrente ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION - ONPREMISE PER CONCURRENT USER LICENSE/24X7 MAINT Perpetual License with 1 year Maintenance. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico). SKU - AAY-ERW-PB-247	R\$ 187.682,18	R\$ 750.728,73
Concorrente Subscrição	Licença Concorrente ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION PER CONCURRENT USER 24X7 TERM LICENSE/MAINT (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico). SKU – AAC-ERW-TB-247	R\$ 76.779,08	R\$ 307.116,32

Comparação de Valores para 36 meses por Tipo de Licenciamento

Opção	Descrição do Software/ Serviço	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL P/ 4 LICENÇAS
Nominal Perpétua	Licença Nominal - Node-Locked ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION NODELOCKED PER SEAT LICENSE/24X7 MAINTENANCE. Perpetual License with 3 years Maintenance. (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico). SKU - AAX-ERW-PB-247 + AAX-ERW-PS-247	R\$ 84.059,85	R\$ 336.239,41
Nominal Subscrição	Licença Nominal - Node-Locked ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION NODELOCKED PER SEAT 24X7 TERM LICENSE/MAINT (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico). SKU - AAD-ERW-TB-247	R\$ 71.683,70	R\$ 286.734,81
Concorrente Perpétua	Licença Concorrente ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION - ONPREMISE PER CONCURRENT USER LICENSE/24X7 MAINT Perpetual License with 3 years Maintenance. (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico). SKU - AAY-ERW-PB-247 + AAY-ERW-PS-247	R\$ 242.720,97	R\$ 970.883,88
Concorrente Subscrição	Licença Concorrente ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION PER CONCURRENT USER 24X7 TERM LICENSE/MAINT (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico). SKU – AAC-ERW-TB-247	R\$ 222.907,04	R\$ 891.628,16

11.1.4 Ainda, tendo como referência as propostas comerciais, foi possível calcular o valor do suporte técnico e atualização de versões, de forma anual, da seguinte maneira:

Média de valores por 12 meses de Suporte + Atualização por Tipo de Licenciamento

OPÇÕES	PREÇO UNITÁRIO SUPORTE 12 MESES (7)			PREÇO TOTAL SUPORTE P/ 4 LICENÇAS 12 MESES (8)			PREÇO MÉDIO TOTAL SUPORTE P/4 LICENÇAS 12 MESES (9)
	DACORP (10)	FORMATO (11)	LENANZOTECH (12)	DACORP (10)	FORMATO (11)	LENANZOTECH (12)	
Perpétua Nominal	R\$ 17.752,58	R\$ 23.478,26	R\$ 18.090,67	R\$ 71.010,30	R\$ 93.913,04	R\$ 72.362,67	R\$ 79.095,34
Perpétua Concorrente	R\$ 51.260,02	R\$ 67.792,97	R\$ 52.236,40	R\$ 205.040,07	R\$ 271.171,88	R\$ 208.945,60	R\$ 228.385,85

(7) PREÇO UNITÁRIO SUPORTE - 12 MESES (PSU12): corresponde ao valor do serviço de suporte técnico por licença

(8) PREÇO TOTAL SUPORTE P/ 4 LICENÇAS - 12 MESES (PSTO12 = PSU12 * 4): corresponde ao valor do serviço de suporte técnico de cada licença multiplicado por 4.

(9) PREÇO MÉDIO TOTAL SUPORTE P/4 LICENÇAS - 12 MESES (PSMED12 = MÉDIA(PSTO12)): corresponde ao valor somado dos preços de suporte totais p/ 4 licenças fornecidos pelas empresas divididos por 3.

(10) O valor do serviço de suporte técnico da DACORP, conforme informado pela empresa, é de 25% do valor da licença (fonte: proposta comercial > I - Software > II - Manutenção e suporte Técnico > 2. Política de Renovação Anual, após o primeiro ou terceiro ano > d. Vide anexo da Proposta Comercial/E-mail DACORP no Processo principal).

(11) A empresa FORMATO informou na proposta comercial o valor do serviço de suporte técnico avulso.

(12) O valor do serviço de suporte técnico avulso da LENANZOTEC, conforme informado pela empresa, é de 25% + 7% do valor da licença (fonte: e-mail enviado em 17/09/2025 pela empresa. Vide anexo da Proposta Comercial/E-mail LENANZOTECH no Processo principal).

11.1.5 No caso das licenças perpétuas, a aquisição do software garante o direito de uso por tempo indeterminado, porém o atendimento referente a suporte técnico e atualizações costuma estar limitado ao prazo inicialmente contratado. Assim, caso o fornecedor inclua, por exemplo, 12 meses de suporte junto às licenças, será necessário contratar suporte adicional de forma avulsa para os períodos subsequentes, a fim de garantir atualização tecnológica e manutenção do software. Se a intenção for assegurar suporte contínuo por 5 anos, torna-se necessário contratar 48 meses adicionais após o término do período inicialmente coberto.

11.1.6 Por outro lado, nas licenças por subscrição, o direito de uso do software está vinculado ao prazo contratado, de modo que o suporte técnico e as atualizações já estão incluídos no valor da subscrição. Nessa modalidade, ao fim do período contratado, é obrigatória a renovação (ex.: novos 12 meses) sempre que houver interesse na manutenção das licenças em operação, até o limite temporal previsto na legislação ou no contrato.

11.1.7 Para viabilizar a análise de custo a médio e longo prazo (5 ou 10 anos), faz-se necessário projetar os valores considerando o reajuste pelo Índice de Custo de Tecnologia da Informação – ICTI, aplicável às renovações contratuais. Com esse cálculo (demonstrado no Anexo I (Memória de Cálculo), é possível comparar, em termos financeiros, qual modelo de contratação mostra-se mais vantajoso ao longo do tempo: aquisição perpétua com suporte adicional ou subscrição continuada.

11.1.8 Para cálculo dos valores ao longo dos anos aplicou-se a média anual, de **6,29%**, do valor do ICTI, conforme consta na planilha Anexo II (ICTI 12 meses).

11.1.9 Na tabela a seguir os valores do suporte técnico avulso e das assinaturas das subscrições, para 4 licenças contratadas, foram atualizados anualmente, no limite de 10 anos, utilizando-se o ICTI:

Valor Anual do Suporte técnico e Assinatura Subscrição ajustado pelo ICTI

Valor Médio Mensal Ajustado ICTI 12 MESES:	SUPORTE TÉCNICO Licenças Perpétuas		ASSINATURA Subscrição 12 MESES		ASSINATURA Subscrição 36 MESES	
	Nominal	Concorrente	Nominal	Concorrente	Nominal	Concorrente
6,29%						
ANO 01	R\$ 79.095,34	R\$ 228.385,85	R\$ 195.222,02	R\$ 300.902,98	R\$ 280.933,82	R\$ 927.705,60
ANO 02	R\$ 84.070,43	R\$ 242.751,32	R\$ 207.501,49	R\$ 319.829,78		
ANO 03	R\$ 89.358,46	R\$ 258.020,38	R\$ 220.553,33	R\$ 339.947,07		

ANO 04	R\$ 94.979,11	R\$ 274.249,86	R\$ 234.426,13	R\$ 361.329,74	R\$ 337.350,41	R\$ 1.114.005,66
ANO 05	R\$ 100.953,30	R\$ 291.500,18	R\$ 249.171,54	R\$ 384.057,38		
ANO 06	R\$ 107.303,26	R\$ 309.835,54	R\$ 264.844,43	R\$ 408.214,59		
ANO 07	R\$ 114.052,63	R\$ 329.324,19	R\$ 281.503,14	R\$ 433.891,29	R\$ 405.096,48	R\$ 1.337.718,15
ANO 08	R\$ 121.226,54	R\$ 350.038,68	R\$ 299.209,69	R\$ 461.183,05		
ANO 09	R\$ 128.851,69	R\$ 372.056,12	R\$ 318.029,98	R\$ 490.191,46		
ANO 10	R\$ 136.956,46	R\$ 395.458,45	R\$ 338.034,06	R\$ 521.024,51	R\$ 486.447,18	R\$ 1.606.356,15

11.1.10 Observa-se que para a assinatura de subscrição de 36 meses o cálculo é aplicado de 3 em 3 anos, pois a compra é realizada a cada 36 meses.

11.1.11 Com base nos valores ajustados anualmente é possível projetar para os próximos anos o montante acumulado a ser gasto por ano da seguinte forma:

Valor acumulado Licença + suporte técnico (Perpétua) ou Assinatura Subscrição - Atualizado anualmente pelo ICTI

Opção	Valor Médio ANO 01	<i>TOTAL ACUMULADO ANO 02</i>	<i>TOTAL ACUMULADO ANO 03</i>	<i>TOTAL ACUMULADO ANO 04</i>	TOTAL ACUMULADO ANO 05	TOTAL ACUMULADO ANO 10
PERPÉTUA NOMINAL COM SUPORTE 12 MESES	R\$ 259.994,91	R\$ 344.065,34	R\$ 433.423,80	R\$ 528.402,91	R\$ 629.356,21	R\$ 1.237.746,80
PERPÉTUA NOMINAL COM SUPORTE 36 MESES	R\$ 336.239,41	R\$ 336.239,41	R\$ 336.239,41	R\$ 431.218,52	R\$ 532.171,82	R\$ 1.140.562,41
PERPÉTUA CONCORRENTE COM SUPORTE 12 MESES	R\$ 750.728,73	R\$ 993.480,05	R\$ 1.251.500,43	R\$ 1.525.750,29	R\$ 1.817.250,46	R\$ 3.573.963,44
PERPÉTUA CONCORRENTE COM SUPORTE 36 MESES	R\$ 970.883,88	R\$ 970.883,88	R\$ 970.883,88	R\$ 1.245.133,74	R\$ 1.536.633,91	R\$ 3.293.346,89
SUBSCRIÇÃO NOMINAL ASSINATURA 12 MESES	R\$ 106.361,44	R\$ 219.413,01	R\$ 339.575,53	R\$ 467.296,27	R\$ 603.050,65	R\$ 1.421.168,42
SUBSCRIÇÃO NOMINAL ASSINATURA 36 MESES	R\$ 286.734,81	R\$ 286.734,81	R\$ 286.734,81	R\$ 631.051,16	R\$ 631.051,16	R\$ 1.541.004,27
SUBSCRIÇÃO CONCORRENTE ASSINATURA 12 MESES	R\$ 307.116,32	R\$ 633.550,26	R\$ 980.516,89	R\$ 1.349.307,72	R\$ 1.741.295,50	R\$ 4.103.592,57

SUBSCRIÇÃO CONCORRENTE ASSINATURA 36 MESES	R\$ 891.628,16	R\$ 891.628,16	R\$ 891.628,16	R\$ 1.962.311,38	R\$ 1.962.311,38	R\$ 4.791.893,91
--	----------------	----------------	----------------	------------------	------------------	------------------

11.1.12 Conclusões em termos econômicos:

1. Para 12 meses a assinatura anual da Subscrição Nominal é mais vantajosa.
2. De 24 a 36 meses a assinatura por 36 meses da Subscrição Nominal é mais vantajosa.
3. Para 48 meses ou mais a aquisição da licença perpétua com renovações anuais de suporte técnico é a solução mais vantajosa.

11.1.13 Cabe destacar que a licença perpétua envolve um pagamento único inicial maior, mas que garante o direito de uso indefinido do software. Com o passar dos anos, esse custo fixo é diluído proporcionalmente, reduzindo o custo efetivo anual do software em comparação à assinatura contínua, que exige pagamento periódico para manter o direito de uso.

11.1.14 Embora seja necessário contratar suporte técnico anualmente após o período inicial oferecido, esse custo adicional geralmente é inferior ao valor anual total da subscrição. Isso porque o suporte avulso costuma ser cobrado com base em um percentual do valor da licença ou com preços específicos menores.

11.1.15 Ao se projetar o custo total para 5 ou 10 anos, mesmo com o reajuste anual pelo ICTI, o investimento inicial da licença perpétua somado ao suporte técnico continuado resulta em montantes inferiores aos pagamentos recorrentes do modelo de subscrição, que não dão direito ao software de forma definitiva, tornando-o mais dispendioso no acumulado.

11.1.16 Outro ponto relevante é a independência relacionada à renovação contratual. Com licença perpétua, o uso do software não depende da renovação da assinatura para continuar funcionando, reduzindo riscos de descontinuidade por questões contratuais ou aumentos futuros abruptos de preço.

11.1.17 Assim, para horizontes temporais mais longos (acima de 48 meses), a licença perpétua com suporte renovado estrategicamente compensa financeiramente, tornando-se a opção mais vantajosa do ponto de vista econômico e gerencial.

11.1.18 Desta forma conclui-se que o tipo de **licença perpétua nomeada contendo 36 meses de suporte técnico**, com renovação, torna-se a mais vantajosa para esta contratação.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A Lei nº 14.133/2021, no inciso V, alínea a, do art. 40, determina que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização, desde que haja a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho. Assim, determinado produto ou serviço a ser adquirido deverá atender as características técnicas uniformes estabelecidos pela Administração e, quando for o caso, atender o princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso e do princípio da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. Sendo assim é cabível sempre que houver necessidade e conveniência de se estabelecerem critérios uniformes para as contratações realizadas pela Administração.

12.2. Dentre as vantagens de padronização, incluem-se o aproveitamento do treinamento realizado para servidores no manuseio dos softwares, o barateamento do custo de manutenção, a facilidade de substituição e a redução dos custos de implantação, manutenção e treinamento de mão-de-obra.

12.3. A Presidência da República pretende com esta contratação manter a padronização existente em seu ambiente tecnológico, preservando os investimentos realizados até hoje em desenvolvimento de aplicações, capacitação de usuários e implementação de serviços, de forma a garantir a eficiência e efetividade dos serviços oferecidos à sociedade.

12.4. Conforme exposto neste estudo, existem alternativas à contratação dos objetos alvos. As tentativas de implantação dessas plataformas alternativas na Presidência da República foram, em sua maior parte, infrutíferas por três fundamentais motivos:

12.4.1. Incapacidade de reproduzir ou superar a experiência de uso dos aplicativos proprietários, levando a rejeição e a redução de produtividade pelo usuário;

12.4.2. Dificuldade técnica em integrá-las de forma coesa, que implicaram em elevados custos e tempos de desenvolvimento.

12.4.3. Gestão do todo do parque tecnológico da PR de forma a aplicar em todos os ativos de redes regras de segurança.

12.5. Além do custo que seria gerado em recursos humanos, o que dificulta e torna um risco muito maior aplicar uma mudança dessa natureza.

12.6. Relacionada a este assunto, constata-se que a padronização adotada com a utilização de softwares proprietários atende ao princípio da economicidade e eficiência, já que propicia uma melhor destinação das verbas públicas, a melhoria na execução das atribuições e a plena continuidade dos serviços de tecnologia oferecidos pela DITEC aos usuários internos e externos da PR.

12.7 Por fim, ao realizar a análise comparativa de algumas ferramentas de modelagem de dados, constante no item 9, a solução que se mostrou aderente e viável para o cumprimento do objeto deste estudo é a manutenção da solução Erwin Data Modeler contendo o mesmo número de licenças utilizadas atualmente.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 336.239,40

13.1 Conforme citado no Relatório de Pesquisa de Preços, solicitações de propostas de valores foram encaminhadas a possíveis empresas fornecedoras da solução requerida. Obteve-se um total de 3 propostas comerciais. Os valores médios apresentados pelas três empresas se apresentam da seguinte forma:

COTAÇÃO - PREÇO TOTAL MÉDIO (4 LICENÇAS)				
Descrição do Software/ Serviço 36 MESES	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (ESTIMADO) 36 MESES	VALOR TOTAL (ESTIMADO) 36 MESES
Licença Nominal - Node-Locked ERWIN DATA MODELER STANDARD EDITION NODELOCKED PER SEAT LICENSE/24X7 MAINTENANCE. Perpetual License with 3 years Maintenance. (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico). SKU - AAX-ERW-PB-247 + AAX-ERW-PS-247	Licenças	4	R\$ 84.059,85	R\$ 336.239,40

13.2 Com isso, foi possível estimar o custo total anual em **R\$ 336.239,40** (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e quarenta).

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Dando continuidade ao item 8 e 10 deste Estudo Técnico Preliminar, entre a escolha da solução considerada viável, podemos considerar a modalidade Software com ônus (Cenário 3), conforme detalhamento abaixo:

14.1.1. Software com ônus: Modalidade de contratação que possui recursos tecnológicos avançados e personalizados de acordo com a necessidade do cliente, oferecendo garantia e suporte técnico.

14.1.1.1. Para esta modalidade de contratação existe inúmeras empresas aptas ao fornecimento dos softwares almejados, sejam elas fabricantes ou autorizadas, possibilitando a competitividade saudável no mercado.

14.1.1.2. Ademais disso, podemos destacar que este Poder possui familiaridade com as ferramentas que ora se pretende contratar, segundo exposto no item 9.1. do presente estudo.

14.2. Em relação a Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução:

14.2.1. Com base na solução descrita no item 6, o item será único, não havendo justificativa para o agrupamento em lotes.

14.3. Dessa forma, a escolha técnica da licença é a de Software com Ônus, na qual necessita atender minuciosamente todos os requisitos apresentados no item 6 deste ETP.

14.4. A escolha técnica específica da contratação com suporte e manutenção da licença de Erwin se dá, em suma, devido aos seguintes motivos:

14.4.1. A maioria dos sistemas armazenados em banco de dados estão documentados (modelo de dados e dicionário de dados) nesta ferramenta, facilitando desta forma a importação de modelos existentes para a nova versão;

14.4.2. O conhecimento adquirido com treinamentos e práticas com a utilização da ferramenta;

14.4.3. A licença facilitará o trabalho da equipe de administração de dados junto aos desenvolvedores de sistemas e aos administradores de banco de dados;

14.4.4. A facilidade na manutenção de base de dados e de *data warehouses*, utilizando a modelagem de dados relacionais e/ou dimensionais pelo conhecimento adquirido na utilização da ferramenta;

14.4.5. Os modelos são gerenciados em um único repositório (armazenamento central), a fim de garantir a consistência, versionamento e a segurança dos modelos;

14.4.6. A versão da ferramenta utilizada atualmente não tem mais suporte técnico; e

14.4.7. A versão da ferramenta utilizada atualmente suporta apenas até Windows 7 - 32 bits.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A Equipe de planejamento da contratação pesquisou várias alternativas e modelos de licenciamento de softwares que fossem viáveis técnica, economicamente e adequadas às demandas da Presidência da República. Além disso, foram pesquisados no Portal de Compras do Governo Federal, atas de registro de preços contendo os itens demandados conforme as necessidades, no que se refere a quantitativos, versão de softwares, porém o que melhor se enquadra ao atendimento das necessidades foi listado no subitem 5.3.

15.2. Convém destacar que, a solução perpétua para esta demanda levou-se em consideração os aspectos técnicos da necessidade, bem como a economicidade, visto que este tipo de licenciamento permite que os usuários utilizem o software por tempo indeterminado, desde que os requisitos do contrato de licença sejam cumpridos, sem quaisquer encargos adicionais, além dos custos possíveis de reparo ou suporte.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Pretende-se atingir os seguintes resultados:

16.1.1. Economicidade:

16.1.1.1 Com a manutenção da solução atual, não haverá necessidade de contratar treinamento para a utilização da ferramenta. Os modelos serão importados para a nova versão, sem inconsistências e possíveis perdas;

16.1.1.2 Economia no valor da licitação em decorrência da centralização de demandas.

16.1.2. Eficácia:

16.1.2.1 Conhecimento na utilização da ferramenta para confecção da modelagem e dicionário de dados;

16.1.2.2 Possibilitar a divulgação do resultado via web, diagramas e relatórios; e

16.1.2.3 Armazenamento das versões dos modelos.

16.1.3. Eficiência:

16.1.3.1 Padronização na documentação do modelo e dicionário de dados, gerenciando a infraestrutura de dados corporativos;

16.1.3.2 Possibilitar integração e transparência junto às equipes de administração de dados, desenvolvedores e administradores de banco de dados;

16.1.3.3 Possibilitar a criação de scripts para a execução no banco de dados padronizados. Respeitando as peculiaridades dos diversos SGBD;

16.1.3.4 Alinhar negócios com TI documentando definições e regras de dados importantes.;

16.1.3.5 Possibilitar o aumento da qualidade e reduzir os custos de manutenção e desenvolvimento;

16.1.3.6 Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios.

16.2. Além dos resultados mencionados acima, espera-se alcançar os aludidos objetivos:

16.2.1. Propiciar melhorias quanto à qualidade do serviço de modelagem de dados;

16.2.2. Disponibilizar a documentação (relatório do dicionário de dados) e diagrama dos dados para os desenvolvedores;

- 16.2.3. Manter o repositório central para armazenar os modelos de dados;
- 16.2.4. Garantir a consistência, versionamento e a segurança dos modelos no repositório central;
- 16.2.5. Possibilitar a comparação de versões dos modelos do repositório central;
- 16.2.6. Manter investimentos realizados anteriormente;
- 16.2.7. Manter a padronização adotada na Presidência da República;
- 16.2.8. Obter uma melhor gestão sobre o atual parque tecnológico; e
- 16.2.9. Reduzir problemas frequentes de retrabalho dos serviços administrativos e na comunicação com outras instituições.

17. Providências a serem Adotadas

- 17.1. A Presidência da República deverá disponibilizar recursos mínimos de hardware e software para o funcionamento das licenças.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1 Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação demandada, uma vez que, o objeto provê soluções para todas as necessidades informadas pelas áreas da Presidência da República, ao mesmo tempo que cumpre ao disposto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal, o presente documento segue assinado e aprovado pelos Integrantes Requisitante e Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria nº 67, de 22 de fevereiro de 2024 (SEI Nº 4987421).

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALDEYR MENDES CORDEIRO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 13:50:35.

LUCAS DE OLIVEIRA SOUTO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 12:51:18.

BRUNO PEREIRA PONTES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/11/2025 às 14:18:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 09 - Anexo I ETP Planilha Memória de Cálculo (7024765).xlsx (29.22 KB)
- Anexo II - 10 - Anexo II ETP ICTI 12 meses (7024810).xlsx (47.35 KB)

MEMÓRIA DE CÁLCULO ETP 05/2024

12 MESES

PERPÉTUA					
NOMINAL		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
ERwin Data Modeler Standard Edition Node-Locked Per Seat 24X7 TERM License/Maint. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico).	AAX-ERW-PB-247	R\$ 56.357,22	R\$ 71.010,30	R\$ 67.628,66	R\$ 64.998,73

CONCORRENTE		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
ERwin Data Modeler Standard Edition Per Concurrent User 24X7 TERM License/Maint. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico)	AAY-ERW-PB-247	R\$ 162.730,22	R\$ 205.040,07	R\$ 195.276,26	R\$ 187.682,18

SUBSCRIÇÃO					
NOMINAL		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
ERwin Data Modeler Standard Edition Node-Locked Per Seat 24X7 TERM License/Maint. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico).	AAD-ERW-TB-247	R\$ 23.055,23	R\$ 29.049,58	R\$ 27.666,27	R\$ 26.590,36

CONCORRENTE		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
ERwin Data Modeler Standard Edition Per Concurrent User 24X7 TERM License/Maint. (incluso 1 ano de manutenção e suporte técnico)	AAC-ERW-TB-247	R\$ 66.571,46	R\$ 83.880,03	R\$ 79.885,75	R\$ 76.779,08

36 MESES

PERPÉTUA					
NOMINAL		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
Erwin Data Modeler Standard Edition Node-Locked Per Seat License 24X7 MAINT (incluso 4 anos de manutenção e suporte técnico)	AAX-ERW-PB-247 + AAX-ERW-PS-247	R\$ 72.884,27	R\$ 91.834,17	R\$ 87.461,12	R\$ 84.059,85

CONCORRENTE		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
Erwin Data Modeler Standard Edition Per Concurrent User License/24X7 MAINT (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico)	AAY-ERW-PB-247 + AAY-ERW-PS-247	R\$ 210.451,71	R\$ 265.169,15	R\$ 252.542,05	R\$ 242.720,97

SUBSCRIÇÃO					
NOMINAL		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
ERwin Data Modeler Standard Edition Node-Locked Per Seat 24X7 TERM License/Maint. (incluso 3 anos de manutenção e suporte técnico)	AAD-ERW-TB-247	R\$ 62.153,50	R\$ 78.313,41	R\$ 74.584,20	R\$ 71.683,70

CONCORRENTE		Valor Unitário R\$			
Descrição	SKU	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	PREÇO MÉDIO
Erwin Data Modeler Standard Edition Node-Locked Per Seat License 24X7 MAINT (incluso 4 anos de manutenção e suporte técnico)	AAC-ERW-TB-247	R\$ 193.272,00	R\$ 243.522,72	R\$ 231.926,40	R\$ 222.907,04

12 MESES	Preço Unitário R\$			Preço Total R\$ p/ 4 licenças			Preço Médio Total R\$
Opção	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	
Perpétua Nominal	R\$ 56.357,22	R\$ 71.010,30	R\$ 67.628,66	R\$ 225.428,88	R\$ 284.041,20	R\$ 270.514,64	R\$ 259.994,91
Subscrição Nominal	R\$ 23.055,23	R\$ 29.049,58	R\$ 27.666,27	R\$ 92.220,92	R\$ 116.198,32	R\$ 110.665,08	R\$ 106.361,44
Perpétua Concorrente	R\$ 162.730,22	R\$ 205.040,07	R\$ 195.276,26	R\$ 650.920,88	R\$ 820.160,28	R\$ 781.105,04	R\$ 750.728,73
Subscrição Concorrente	R\$ 66.571,46	R\$ 83.880,03	R\$ 79.885,75	R\$ 266.285,84	R\$ 335.520,12	R\$ 319.543,00	R\$ 307.116,32

Preço Médio Unitário R\$	Preço Mínimo Unitário R\$	Preço Mínimo Total R\$
R\$ 64.998,73	R\$ 56.357,22	R\$ 225.428,88
R\$ 26.590,36	R\$ 23.055,23	R\$ 92.220,92
R\$ 187.682,18	R\$ 162.730,22	R\$ 650.920,88
R\$ 76.779,08	R\$ 66.571,46	R\$ 266.285,84

36 MESES	Preço Unitário R\$			Preço Total R\$			Preço Médio Total R\$
Opção	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	DACORP	FORMATO	LENANZOTECH	
Perpétua Nominal	R\$ 72.884,27	R\$ 91.834,17	R\$ 87.461,12	R\$ 291.537,08	R\$ 367.336,68	R\$ 349.844,48	R\$ 336.239,41
Subscrição Nominal	R\$ 62.153,50	R\$ 78.313,41	R\$ 74.584,20	R\$ 248.614,00	R\$ 313.253,64	R\$ 298.336,80	R\$ 286.734,81
Perpétua Concorrente	R\$ 210.451,71	R\$ 265.169,15	R\$ 252.542,05	R\$ 841.806,84	R\$ 1.060.676,60	R\$ 1.010.168,20	R\$ 970.883,88
Subscrição Concorrente	R\$ 193.272,00	R\$ 243.522,72	R\$ 231.926,40	R\$ 773.088,00	R\$ 974.090,88	R\$ 927.705,60	R\$ 891.628,16

Preço Médio Unitário R\$	Preço Mínimo Unitário R\$	Preço Mínimo Total R\$
R\$ 84.059,85	R\$ 72.884,27	R\$ 291.537,08
R\$ 71.683,70	R\$ 62.153,50	R\$ 248.614,00
R\$ 242.720,97	R\$ 210.451,71	R\$ 841.806,84
R\$ 222.907,04	R\$ 193.272,00	R\$ 773.088,00

12 MESES DE SUPORTE	Preço Unitário R\$			Preço Total R\$			Preço Médio Total R\$
Opção	DACORP 25% do Valor da Licença	FORMATO	LENANZOTECH 25% do Valor da Licença + 7%	DACORP 25% do Valor da Licença	FORMATO	LENANZOTECH 25% do Valor da Licença + 7%	
Perpétua Nominal	R\$ 17.752,58	R\$ 23.478,26	R\$ 18.090,67	R\$ 71.010,30	R\$ 93.913,04	R\$ 72.362,67	R\$ 79.095,34
Perpétua Concorrente	R\$ 51.260,02	R\$ 67.792,97	R\$ 52.236,40	R\$ 205.040,07	R\$ 271.171,88	R\$ 208.945,60	R\$ 228.385,85

Preço Médio Unitário R\$	Preço Mínimo Unitário R\$	Preço Mínimo Total R\$
R\$ 19.773,83	R\$ 17.752,58	R\$ 71.010,30
R\$ 57.096,46	R\$ 51.260,02	R\$ 205.040,07

OPÇÕES	PREÇO TOTAL MÉDIO 12 MESES (1)	PREÇO SUPORTE MÉDIO 12 MESES (2)	PREÇO SUPORTE ADICIONAL P/ 24 MESES (3)	PREÇO SUPORTE MÉDIO 12 MESES + SUPORTE ADICIONAL P/24 MESES (4)	PREÇO TOTAL MÉDIO 36 MESES (5)
Perpétua Nominal	R\$ 259.994,91	R\$ 79.095,34	R\$ 158.190,67	R\$ 418.185,58	R\$ 336.239,41
Subscrição Nominal	R\$ 106.361,44			R\$ 319.084,32	R\$ 286.734,81
Perpétua Concorrente	R\$ 750.728,73	R\$ 228.385,85	R\$ 456.771,70	R\$ 1.207.500,43	R\$ 970.883,88
Subscrição Concorrente	R\$ 307.116,32			R\$ 921.348,96	R\$ 891.628,16

(1) Preço médio das 4 licenças com serviço de suporte técnico agregado por 12 meses.

(2) Preço médio de suporte avulso adicional por 12 meses.

(3) Preço médio de suporte avulso adicional por 24 meses.

(4) Soma de (1) e (3) totalizando 4 licenças contendo 36 meses de suporte técnico: 12 meses contratados juntos com as licenças + 24 avulsos pós aquisição.

(5) Preço médio das 4 licenças com serviço de suporte técnico agregado por 36 meses.

Valores ajustados anualmente pelo ICTI

Valor Médio Mensal Ajustado ICTI 12 MESES: 6,29%	SUPORTE TÉCNICO Licença Perpétua		ASSINATURA Subscrição 12 MESES		ASSINATURA Subscrição 36 MESES	
	Nominal	Concorrente	Nominal	Concorrente	Nominal	Concorrente
ANO 01	R\$ 79.095,34	R\$ 228.385,85	R\$ 106.361,44	R\$ 307.116,32	R\$ 286.734,81	R\$ 891.628,16
ANO 02	R\$ 84.070,43	R\$ 242.751,32	R\$ 113.051,57	R\$ 326.433,94		
ANO 03	R\$ 89.358,46	R\$ 258.020,38	R\$ 120.162,52	R\$ 346.966,63		
ANO 04	R\$ 94.979,11	R\$ 274.249,86	R\$ 127.720,74	R\$ 368.790,83	R\$ 344.316,35	R\$ 1.070.683,22
ANO 05	R\$ 100.953,30	R\$ 291.500,18	R\$ 135.754,38	R\$ 391.987,78		
ANO 06	R\$ 107.303,26	R\$ 309.835,54	R\$ 144.293,33	R\$ 416.643,81		
ANO 07	R\$ 114.052,63	R\$ 329.324,19	R\$ 153.369,38	R\$ 442.850,70	R\$ 413.461,30	R\$ 1.285.695,78
ANO 08	R\$ 121.226,54	R\$ 350.038,68	R\$ 163.016,31	R\$ 470.706,01		
ANO 09	R\$ 128.851,69	R\$ 372.056,12	R\$ 173.270,04	R\$ 500.313,42		
ANO 10	R\$ 136.956,46	R\$ 395.458,45	R\$ 184.168,72	R\$ 531.783,13	R\$ 496.491,81	R\$ 1.543.886,75

Valor acumulado Licença + suporte técnico (Perpétua) ou Assinatura Subscrição - Atualizado anualmente pelo ICTI

Opção	Valor Médio ANO 01	TOTAL ACUMULADO ANO 02	TOTAL ACUMULADO ANO 03	TOTAL ACUMULADO ANO 04	TOTAL ACUMULADO ANO 05	TOTAL ACUMULADO ANO 10
PERPÉTUA NOMINAL COM SUPORTE 12 MESES	R\$ 259.994,91	R\$ 344.065,34	R\$ 433.423,80	R\$ 528.402,91	R\$ 629.356,21	R\$ 1.237.746,80
PERPÉTUA NOMINAL COM SUPORTE 36 MESES	R\$ 336.239,41	R\$ 336.239,41	R\$ 336.239,41	R\$ 431.218,52	R\$ 532.171,82	R\$ 1.140.562,41
PERPÉTUA CONCORRENTE COM SUPORTE 12 MESES	R\$ 750.728,73	R\$ 993.480,05	R\$ 1.251.500,43	R\$ 1.525.750,29	R\$ 1.817.250,46	R\$ 3.573.963,44
PERPÉTUA CONCORRENTE COM SUPORTE 36 MESES	R\$ 970.883,88	R\$ 970.883,88	R\$ 970.883,88	R\$ 1.245.133,74	R\$ 1.536.633,91	R\$ 3.293.346,89
SUBSCRIÇÃO NOMINAL ASSINATURA 12 MESES	R\$ 106.361,44	R\$ 219.413,01	R\$ 339.575,53	R\$ 467.296,27	R\$ 603.050,65	R\$ 1.421.168,42
SUBSCRIÇÃO NOMINAL ASSINATURA 36 MESES	R\$ 286.734,81	R\$ 286.734,81	R\$ 286.734,81	R\$ 631.051,16	R\$ 631.051,16	R\$ 1.541.004,27
SUBSCRIÇÃO CONCORRENTE ASSINATURA 12 MESES	R\$ 307.116,32	R\$ 633.550,26	R\$ 980.516,89	R\$ 1.349.307,72	R\$ 1.741.295,50	R\$ 4.103.592,57
SUBSCRIÇÃO CONCORRENTE ASSINATURA 36 MESES	R\$ 891.628,16	R\$ 891.628,16	R\$ 891.628,16	R\$ 1.962.311,38	R\$ 1.962.311,38	R\$ 4.791.893,91

Fonte:
DIMAC/IPEA.

Metodologia disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2018/04/10/indice-de-evolucao-dos-custos-na-area-de-tecnologia-da-informacao-nota->

Mês	ICTI (dez/2012=100)	Var. no mês (%)	Var. em 12 meses (%)
jan/13	100,28	0,28	-
fev/13	100,71	0,43	-
mar/13	101,16	0,45	-
abr/13	101,58	0,42	-
mai/13	102,19	0,60	-
jun/13	102,87	0,66	-
jul/13	103,31	0,43	-
ago/13	103,92	0,59	-
set/13	104,42	0,48	-
out/13	104,91	0,47	-
nov/13	105,65	0,70	-
dez/13	106,64	0,94	6,64
jan/14	106,97	0,31	6,68
fev/14	107,13	0,14	6,37
mar/14	107,61	0,45	6,38
abr/14	107,62	0,01	5,94
mai/14	107,67	0,05	5,36
jun/14	107,85	0,16	4,84
jul/14	107,97	0,12	4,51
ago/14	108,45	0,44	4,36
set/14	108,76	0,29	4,16
out/14	108,70	-0,05	3,62
nov/14	108,63	-0,07	2,82
dez/14	108,71	0,08	1,94
jan/15	109,62	0,83	2,47
fev/15	110,39	0,70	3,04
mar/15	111,03	0,58	3,18
abr/15	111,73	0,63	3,82
mai/15	112,77	0,93	4,74
jun/15	113,23	0,40	4,99
jul/15	114,03	0,70	5,61
ago/15	114,50	0,42	5,58
set/15	115,80	1,14	6,47
out/15	117,54	1,50	8,13
nov/15	118,86	1,12	9,42
dez/15	120,15	1,09	10,52
jan/16	121,53	1,15	10,87
fev/16	122,46	0,76	10,93
mar/16	123,63	0,96	11,35
abr/16	124,37	0,60	11,31
mai/16	124,84	0,38	10,70
jun/16	125,47	0,51	10,81
jul/16	125,86	0,31	10,38
ago/16	126,50	0,51	10,48
set/16	126,88	0,30	9,57
out/16	127,38	0,39	8,37
nov/16	127,88	0,39	7,59
dez/16	128,66	0,61	7,08
jan/17	129,56	0,69	6,60
fev/17	130,32	0,59	6,43
mar/17	130,98	0,50	5,95

abr/17	131,42	0,34	5,67
mai/17	131,84	0,32	5,61
jun/17	132,23	0,29	5,38
jul/17	132,76	0,40	5,48
ago/17	133,45	0,52	5,49
set/17	134,10	0,49	5,69
out/17	134,78	0,51	5,81
nov/17	135,53	0,55	5,98
dez/17	136,43	0,66	6,03
jan/18	136,84	0,30	5,62
fev/18	136,72	-0,09	4,91
mar/18	136,89	0,13	4,52
abr/18	137,12	0,16	4,33
mai/18	137,69	0,42	4,43
jun/18	138,62	0,67	4,83
jul/18	138,67	0,04	4,45
ago/18	138,90	0,17	4,09
set/18	139,24	0,24	3,84
out/18	139,95	0,51	3,83
nov/18	139,94	-0,01	3,25
dez/18	139,94	0,00	2,58
jan/19	140,89	0,68	2,96
fev/19	141,83	0,66	3,74
mar/19	142,86	0,73	4,36
abr/19	143,61	0,53	4,74
mai/19	144,25	0,44	4,76
jun/19	145,06	0,56	4,65
jul/19	145,66	0,41	5,03
ago/19	146,21	0,38	5,26
set/19	146,99	0,53	5,56
out/19	147,37	0,26	5,31
nov/19	147,74	0,25	5,58
dez/19	148,67	0,63	6,24
jan/20	149,33	0,44	5,99
fev/20	149,91	0,39	5,70
mar/20	151,01	0,73	5,70
abr/20	151,95	0,62	5,81
mai/20	152,34	0,26	5,61
jun/20	152,84	0,33	5,36
jul/20	154,30	0,96	5,94
ago/20	155,27	0,63	6,19
set/20	157,17	1,22	6,93
out/20	158,21	0,66	7,35
nov/20	159,27	0,67	7,80
dez/20	159,71	0,28	7,42
jan/21	160,99	0,80	7,80
fev/21	162,19	0,75	8,19
mar/21	163,36	0,72	8,18
abr/21	164,06	0,43	7,97
mai/21	165,34	0,78	8,53
jun/21	165,45	0,07	8,25
jul/21	166,50	0,64	7,91
ago/21	167,40	0,54	7,81
set/21	167,65	0,15	6,67

out/21	168,02	0,22	6,20
nov/21	168,44	0,25	5,76
dez/21	168,87	0,25	5,74
jan/22	170,24	0,81	5,75
fev/22	171,51	0,75	5,75
mar/22	172,28	0,45	5,46
abr/22	173,52	0,72	5,77
mai/22	174,58	0,61	5,59
jun/22	175,81	0,70	6,26
jul/22	176,43	0,35	5,96
ago/22	176,87	0,25	5,65
set/22	177,34	0,27	5,78
out/22	178,46	0,63	6,22
nov/22	179,85	0,78	6,77
dez/22	181,42	0,87	7,43
jan/23	182,34	0,51	7,11
fev/23	183,16	0,45	6,79
mar/23	183,34	0,10	6,42
abr/23	183,20	-0,07	5,58
mai/23	182,57	-0,34	4,58
jun/23	182,03	-0,30	3,54
jul/23	181,97	-0,03	3,14
ago/23	181,85	-0,07	2,82
set/23	181,93	0,05	2,59
out/23	182,27	0,18	2,13
nov/23	182,84	0,31	1,66
dez/23	183,54	0,38	1,17
jan/24	184,80	0,69	1,35
fev/24	186,29	0,81	1,71
mar/24	186,84	0,30	1,91
abr/24	187,99	0,62	2,62
mai/24	189,44	0,77	3,76
jun/24	190,72	0,68	4,77
jul/24	191,93	0,64	5,47
ago/24	192,96	0,53	6,11
set/24	193,58	0,32	6,40
out/24	194,80	0,63	6,88
nov/24	195,57	0,40	6,96
dez/24	196,86	0,66	7,26
jan/25	197,93	0,54	7,10
fev/25	199,73	0,91	7,21
mar/25	199,85	0,06	6,96
abr/25	200,29	0,22	6,54
mai/25	198,75	-0,77	4,91
jun/25	200,76	1,01	5,26
jul/25	201,01	0,13	4,73

Média 12 meses:

6,29